

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração do Fluxo de Caixa	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	14
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	15
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	16
Demonstração do Valor Adicionado	17
Relatório da Administração	19
Notas Explicativas	45

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	99
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	100
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	101
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	102

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	86.371
Preferenciais	0
Total	86.371
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	31/03/2015	Dividendo	14/04/2015	Ordinária		4,00186
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	31/03/2015	Juros sobre Capital Próprio	14/04/2015	Ordinária		0,86581
Reunião do Conselho de Administração	05/08/2015	Juros sobre Capital Próprio	28/08/2015	Ordinária		0,61554
Reunião do Conselho de Administração	17/02/2016	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,20583

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	41.421.935	38.204.992	33.817.503
1.01	Ativo Circulante	21.939.440	22.630.574	15.349.319
1.01.01	Disponibilidades	209.975	197.642	155.909
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.445.108	8.244.319	7.737.065
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	12.444.473	8.167.819	7.606.592
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	635	76.500	130.473
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	253.302	6.053.427	690.164
1.01.03.01	Carteira Própria	227.797	3.859.220	690.083
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	0	1.700.827	0
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	281.551	81
1.01.03.04	Vinculados à Prestação de Garantias	25.505	211.829	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	178.168	345.873	369.442
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	1.378	1.297	1.236
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	173.609	313.791	351.120
1.01.04.03	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	102	28.387	14.492
1.01.04.04	Repasse Interfinanceiros	1.885	1.281	1.130
1.01.04.05	Correspondentes	1.194	1.117	1.464
1.01.06	Operações de Crédito	5.476.359	5.263.251	4.365.875
1.01.06.02	Setor Público	243.022	180.390	158.847
1.01.06.03	Setor Privado	5.734.502	5.433.734	4.592.242
1.01.06.04	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-501.165	-350.873	-385.214
1.01.08	Outros Créditos	3.344.533	2.498.388	2.004.904
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	29	0	0
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	818.089	672.788	540.994
1.01.08.03	Rendas a Receber	13.075	11.986	9.568
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	4	4	4
1.01.08.05	Diversos	2.719.014	1.838.798	1.471.727
1.01.08.06	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-205.678	-25.188	-17.389
1.01.09	Outros Valores e Bens	31.995	27.674	25.960

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	13.996	10.550	5.654
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-625	-694	-695
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	18.624	17.818	21.001
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.248.006	15.344.660	18.232.580
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	12.073.969	8.253.491	11.313.849
1.02.02.01	Carteira Própria	9.455.535	7.833.371	9.547.043
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	1.606.140	56.751	1.126.481
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	610.474	225.736	337.967
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	401.820	137.633	302.358
1.02.03	Relações Interfinanceiras	45.493	56.648	42.634
1.02.03.01	Tesouro Nacional Recursos de Crédito Rural	2	16	554
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	44.549	54.710	39.254
1.02.03.03	Repasse Interfinanceiros	942	1.922	2.826
1.02.05	Operações de Crédito	6.723.551	6.473.046	5.882.508
1.02.05.02	Setor Público	1.381.893	1.182.396	1.211.833
1.02.05.03	Setor Privado	5.762.903	5.805.292	5.161.846
1.02.05.04	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	-421.245	-514.642	-491.171
1.02.07	Outros Créditos	404.993	561.475	993.589
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	117	0	0
1.02.07.02	Rendas a Receber	18.049	18.048	18.049
1.02.07.03	Diversos	433.416	589.885	1.022.017
1.02.07.04	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-46.589	-46.458	-46.477
1.03	Ativo Permanente	234.489	229.758	235.604
1.03.01	Investimentos	1.866	1.879	1.825
1.03.01.04	Outros Investimentos	7.169	7.182	7.128
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	215.976	211.314	220.993
1.03.02.01	Imóveis de Uso	168.413	157.972	159.881
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	107.628	107.628	105.410

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	263.840	252.848	235.024
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-323.905	-307.134	-279.322
1.03.04	Intangível	16.610	16.406	12.308
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	16.610	16.406	12.308
1.03.05	Diferido	37	159	478
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	358	1.199	2.008
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	-321	-1.040	-1.530

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	41.421.935	38.204.992	33.817.503
2.01	Passivo Circulante	15.931.326	16.431.052	13.285.888
2.01.01	Depósitos	5.720.863	6.244.818	5.910.777
2.01.01.01	Depósitos a Vista	333.005	175.199	244.175
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.854.853	1.956.179	1.872.563
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	1.037.769	1.212.009	774.655
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	2.495.236	2.901.431	3.019.384
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	1.541.765	1.699.988	1.127.212
2.01.02.01	Carteira Própria	1.474.628	1.699.988	1.073.895
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	67.137	0	53.317
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	224.885	891.420	19.488
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	215.449	83.372	9.621
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	9.436	808.048	9.867
2.01.04	Relações Interfinanceiras	363	939	1.805
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	363	939	1.805
2.01.05	Relações Interdependências	12.373	9.243	5.409
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	12.331	9.235	5.399
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	42	8	10
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	1.000.882	1.066.651	777.276
2.01.06.01	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	0	0	19.416
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	1.000.882	1.066.651	757.860
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	150.552	144.935	156.842
2.01.07.01	Tesouro Nacional	426	659	230
2.01.07.02	BNDES	123.008	115.918	132.408
2.01.07.03	FINAME	27.118	28.358	24.204
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	168.823	114.573	101.113
2.01.09	Outras Obrigações	7.110.820	6.258.485	5.185.966
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	978
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.312	2.677	1.798

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.01.09.03	Carteiro de Câmbio	3.977	2.208	10.830
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	46.661	160.668	61.835
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	583.927	438.165	487.475
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	117	91	68
2.01.09.07	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	4.441.912	3.994.320	3.103.568
2.01.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	92.567	83.648	78.471
2.01.09.09	Diversas	1.939.347	1.576.708	1.440.943
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	22.647.423	18.406.131	17.491.785
2.02.01	Depósitos	5.029.884	5.680.609	5.080.669
2.02.01.01	Depósitos a Vista	0	0	8.819
2.02.01.02	Depósitos Interfinanceiros	171.034	213.706	102.711
2.02.01.03	Depósitos a Prazo	4.858.850	5.466.903	4.969.139
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	129.478	56.359	50.383
2.02.02.01	Carteira Própria	129.478	56.359	50.383
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.194.587	794.542	1.467.778
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similiares	0	40	0
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.194.587	794.502	1.467.778
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.558.594	1.486.152	1.549.999
2.02.07.01	Tesouro Nacional	0	0	468
2.02.07.02	BNDES	1.444.316	1.348.109	1.395.929
2.02.07.03	FINAME	114.278	138.043	153.602
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	911.560	732.642	745.417
2.02.09	Outras Obrigações	13.823.320	9.655.827	8.597.539
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	416
2.02.09.02	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	7.882.272	4.658.540	3.983.648
2.02.09.03	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.408.609	1.272.892	1.194.110
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.792.282	1.605.289	1.455.982
2.02.09.05	Diversas	2.740.157	2.119.106	1.963.383
2.05	Patrimônio Líquido	2.843.186	3.367.809	3.039.830

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.05.01	Capital Social Realizado	2.844.000	2.844.000	2.437.000
2.05.03	Reservas de Reavaliação	16.621	19.394	20.610
2.05.03.01	Ativos Próprios	16.621	19.394	20.610
2.05.04	Reservas de Lucro	598.429	687.911	590.649
2.05.04.01	Legal	200.726	185.439	148.072
2.05.04.02	Estatutária	397.703	462.009	427.203
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	40.463	15.374
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-615.864	-183.496	-8.429
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-615.864	-183.496	-8.429

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	6.493.215	4.361.334	3.710.087
3.01.01	Operações de Crédito	2.452.476	1.818.600	1.852.087
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	2.973.635	2.243.276	1.571.906
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	665.042	103.453	108.779
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	400.019	157.542	149.888
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	2.043	36.208	19.976
3.01.06	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	0	2.255	7.451
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-5.389.168	-3.101.137	-2.709.910
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-2.171.324	-1.355.189	-1.059.657
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-2.215.124	-1.320.360	-949.663
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.002.720	-425.588	-700.590
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	1.104.047	1.260.197	1.000.177
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-866.055	-128.399	-448.959
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	2.076.273	1.882.241	1.635.277
3.04.02	Despesas de Pessoal	-1.565.754	-1.518.699	-1.274.551
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-995.362	-901.328	-825.507
3.04.04	Despesas Tributárias	-267.365	-236.659	-218.792
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	1.601.787	1.645.335	1.377.743
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.715.634	-999.289	-1.143.129
3.05	Resultado Operacional	237.992	1.131.798	551.218
3.06	Resultado Não Operacional	1.369	5.650	5.066
3.06.01	Receitas	7.421	7.784	7.850
3.06.02	Despesas	-6.052	-2.134	-2.784
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	239.361	1.137.448	556.284
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-405.311	-186.179	-230.456
3.09	IR Diferido	524.507	-113.247	63.986
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-52.834	-90.672	-29.457
3.10.01	Participações	-52.834	-90.672	-29.457
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	305.723	747.350	360.357

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	3,53960	8,65280	4,14190

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	305.723	747.350	360.357
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-429.595	-174.235	212.641
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-443.886	-23.440	-580.206
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	194.675	9.376	232.082
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	3.872	2.684	3.824
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-1.099	-1.468	-1.530
4.02.05	Ganhos ou Perdas Atuariais	-183.157	-161.387	558.471
4.03	Resultado Abrangente do Período	-123.872	573.115	572.998

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.905.886	3.016.365	2.045.009
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.659.912	1.751.249	1.607.047
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	305.723	747.350	360.357
6.01.01.02	Despesas de Depreciação e Amortização	40.689	37.040	35.411
6.01.01.03	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-12	1	-65
6.01.01.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	809.836	404.810	686.142
6.01.01.05	Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	192.884	20.778	14.448
6.01.01.06	Provisão para Passivo Risco do FNE	1.141.764	428.297	169.404
6.01.01.07	Provisão para Passivo Risco do FDNE	-411	0	16
6.01.01.08	Provisão para Passivos Contingentes	17.976	-20.115	183.718
6.01.01.09	Provisão Benefício Pós Emprego	155.907	133.088	157.616
6.01.01.10	Reversão de Outras Rendas Operacionais	-4.444	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	245.974	1.265.116	437.962
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.728	107.291	-3.184
6.01.02.02	Relações Interfinanceira e Interdependência	181.414	12.523	-63.918
6.01.02.03	Operações de Crédito	-1.273.449	-1.892.724	-410.196
6.01.02.04	Outros Créditos	-648.187	159.610	140.586
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-941	3.253	-1.399
6.01.02.06	Depósitos	-1.174.680	933.981	1.170.007
6.01.02.07	Captação no Mercado Aberto	-85.104	578.752	357.080
6.01.02.08	Recursos de Aceites e emissões de Títulos	-266.490	198.696	93.021
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	245.458	214.306	75.150
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	-103.187	-170.633	-151.603
6.01.02.11	Outras Obrigações	3.619.912	1.413.905	-349.944
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-257.500	-293.844	-417.638
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.789.281	-2.183.890	-1.033.909
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários e Disponíveis para Venda	1.833.623	-2.147.730	-964.566
6.02.02	Inversões em Investimentos	-27	-63	-105
6.02.03	Inversões em Imobilizado de Uso	-53.817	-31.189	-58.210

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.02.04	Inversões em Intangível	-204	-4.098	-12.308
6.02.05	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-3.854	-5.491	-369
6.02.06	Alienação de Investimentos	40	9	0
6.02.07	Alienação de Imobilizado de Uso	13.034	4.147	1.170
6.02.08	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	486	525	479
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-473.317	-176.197	241.996
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos	-473.317	-157.063	241.996
6.03.02	Ações em Tesouraria	0	-19.134	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.221.850	656.278	1.253.096
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.365.461	7.709.183	6.456.087
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.587.311	8.365.461	7.709.183

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.844.000	0	19.394	687.911	0	-183.496	3.367.809
5.03	Saldo Ajustado	2.844.000	0	19.394	687.911	0	-183.496	3.367.809
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	305.723	0	305.723
5.05	Destinações	0	0	0	-89.482	-307.998	0	-397.480
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-73.369	0	-73.369
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	-89.482	-234.629	0	-324.111
5.05.03.01	Reserva de Lucro	0	0	0	-49.019	49.019	0	0
5.05.03.02	Dividendos Adicionais Propostos em 2014 aprovados em 2015	0	0	0	-40.463	-283.648	0	-324.111
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-2.773	0	2.275	-432.368	-432.866
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-249.211	-249.211
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-2.773	0	2.275	0	-498
5.07.06	Ganhos ou Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-183.157	-183.157
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	16.621	598.429	0	-615.864	2.843.186

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.437.000	0	20.610	590.649	0	-8.429	3.039.830
5.03	Saldo Ajustado	2.437.000	0	20.610	590.649	0	-8.429	3.039.830
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	747.350	0	747.350
5.05	Destinações	0	0	0	523.780	-748.074	0	-224.294
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-34.204	0	-34.204
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-142.402	0	-142.402
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	523.780	-571.468	0	-47.688
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	37.367	-37.367	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	461.324	-461.324	0	0
5.05.03.03	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	40.463	-72.777	0	-32.314
5.05.03.04	Dividendos Adicionais Propostos de 2013 Aprovados	0	0	0	-15.374	0	0	-15.374
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-1.216	-19.518	724	-175.067	-195.077
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-14.064	-14.064
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-1.216	0	724	0	-492
5.07.05	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	0	0	-19.518	0	384	-19.134
5.07.06	Ganhos ou Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-161.387	-161.387
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	407.000	0	0	-407.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	407.000	0	0	-407.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.844.000	0	19.394	687.911	0	-183.496	3.367.809

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.142.000	0	22.904	425.494	0	93.353	2.683.751
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	312.129	-312.129	0
5.03	Saldo Ajustado	2.142.000	0	22.904	425.494	312.129	-218.776	2.683.751
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	360.357	0	360.357
5.05	Destinações	0	0	0	460.155	-674.780	0	-214.625
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-58.025	0	-58.025
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-106.068	0	-106.068
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	460.155	-510.687	0	-50.532
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	18.018	-18.018	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	426.763	-426.763	0	0
5.05.03.03	Transferência dos Dividendos e JCP Adicionais Propostos no 1º semestre de 2013	0	0	0	-50.435	0	0	-50.435
5.05.03.04	Dividendos Adicionais Propostos (Dividendos e JCP)	0	0	0	65.809	-65.809	0	0
5.05.03.05	Outros (Provisão de IR sobre JCP)	0	0	0	0	-97	0	-97
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-2.294	0	2.294	210.347	210.347
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-348.124	-348.124
5.07.05	Realização da Reserva	0	0	-2.294	0	2.294	0	0
5.07.06	Ganhos ou Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	558.471	558.471
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	295.000	0	0	-295.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	295.000	0	0	-295.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.437.000	0	20.610	590.649	0	-8.429	3.039.830

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	7.454.290	6.469.683	4.884.455
7.01.01	Intermediação Financeira	6.493.215	4.361.334	3.710.087
7.01.02	Prestação de Serviços	2.076.273	1.882.241	1.635.277
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-1.002.720	-425.588	-700.590
7.01.04	Outras	-112.478	651.696	239.681
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-4.386.448	-2.675.549	-2.009.320
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-922.799	-839.538	-772.826
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-76.415	-66.876	-66.784
7.03.02	Serviços de Terceiros	-480.355	-431.505	-393.279
7.03.04	Outros	-366.029	-341.157	-312.763
7.03.04.01	Processamento de Dados e Telecomunicações	-191.433	-170.298	-164.962
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-35.194	-41.625	-27.452
7.03.04.03	Transportes	-24.883	-21.371	-18.824
7.03.04.04	Segurança	-46.351	-35.948	-29.899
7.03.04.05	Viagens	-11.490	-15.056	-14.597
7.03.04.06	Outras	-56.678	-56.859	-57.029
7.04	Valor Adicionado Bruto	2.145.043	2.954.596	2.102.309
7.05	Retenções	-40.689	-37.040	-35.411
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-40.689	-37.040	-35.411
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.104.354	2.917.556	2.066.898
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.104.354	2.917.556	2.066.898
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	2.104.354	2.917.556	2.066.898
7.09.01	Pessoal	1.394.112	1.403.577	1.127.319
7.09.01.01	Remuneração Direta	989.826	1.048.730	777.935
7.09.01.02	Benefícios	332.587	290.397	292.464
7.09.01.03	F.G.T.S.	71.699	64.450	56.920
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	372.645	741.879	561.952
7.09.02.01	Federais	344.645	719.911	544.570
7.09.02.02	Estaduais	34	91	86

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.09.02.03	Municipais	27.966	21.877	17.296
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.874	24.750	17.270
7.09.03.01	Aluguéis	31.874	24.750	17.270
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	305.723	747.350	360.357
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	73.370	152.551	117.819
7.09.04.02	Dividendos	0	96.831	112.180
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	232.353	497.968	130.358

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração**1 PALAVRA DO PRESIDENTE**

Em 2015, o Banco do Nordeste reafirmou seu compromisso de ser o Banco de Desenvolvimento da região. Um banco que tem como objetivos principais elevar o bem-estar das pessoas e aumentar a competitividade das empresas.

Inspirado nos princípios da eficiência, eficácia, efetividade e ética, o Banco do Nordeste aplicou R\$ 24,1 bilhões na sua área de jurisdição. Desse total, R\$ 11,4 bilhões são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O Banco responde por cerca de 60% do crédito de longo prazo e por mais de 57% do crédito rural da região, com recursos preponderantemente do FNE.

Também possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo.

O Crediamigo, destinado à microfinança urbana, alcançou a marca de 2 milhões de clientes ativos, registrando R\$ 8 bilhões de desembolsos.

Ao completar 10 anos de criação, em 2015, o Agroamigo tornou-se o maior programa de microfinança rural da América Latina, com 448.593 contratações para um total de R\$ 1,8 bilhão de crédito.

Afinal, ofertar crédito de longo prazo e fazer inclusão financeira é confirmar o compromisso do Banco com o desenvolvimento.

O Banco está presente em todos os municípios da região, financiando o investimento produtivo. E garantiu, mesmo em um cenário econômico adverso, crédito para quem mais precisa: as micro, pequenas e médias empresas.

Como Banco aberto à inovação e focado no cliente, lançou uma série de Cartões Empresariais que ofertam capital de giro e que podem ainda ser utilizados como cartão de crédito.

Na mesma direção, assumiu o compromisso de lançar o CARTÃO FNE, em 2016, um produto único no mercado de crédito nacional, que ofertará os recursos do FNE tanto para giro como para investimento de forma ágil e segura.

Fortalecendo sua identidade e em linha com os principais bancos de desenvolvimento do mundo, o Banco do Nordeste criou a figura do Economista-Chefe. Ao Economista-Chefe, como líder do Etene, caberá a responsabilidade de resgatar o papel do Banco como principal protagonista dos debates sobre a Região e o desenvolvimento regional.

Reafirmando seu compromisso com a ética e integridade, o Banco adotou um Lema de Ética, elaborado e implantado pelo seu valoroso corpo de funcionários.

Por último, o Banco concebeu um novo mapa estratégico e um novo programa de ação, baseados na gestão para resultados e na meritocracia e no compromisso de tornar-se uma instituição imprescindível para o desenvolvimento do Nordeste.

O melhor Banco do futuro se constrói sendo um banco melhor no presente.

Fomos um Banco melhor em 2015, seremos ainda melhor em 2016.

Marcos Costa Holanda
Presidente

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

2 ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

Na busca por um modelo robusto de atuação voltado para a gestão de resultados, o Banco do Nordeste promoveu uma revisão do Planejamento Empresarial, harmonizando diversos fatores como: consciência estratégica, liderança, estrutura, processos, projetos, contratualização, pessoas, tecnologias de informação e comunicações e recursos financeiros.

Tendo como princípios o foco no cliente e resultados, meritocracia, integridade e inovação, o Banco buscou um modelo de gestão baseado no desempenho empresarial, com destaque para o papel principal da Instituição que é o desenvolvimento da região Nordeste. Nesse contexto, foram alteradas para vigorar a partir de 2016 a missão e a visão do Banco, além dos planos estratégico, tático e operacional.

A nova missão será: “Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste”. A nova visão definida é: “Ser o Banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região”. Os valores organizacionais permaneceram: justiça, governança, transparência, honestidade, sustentabilidade, igualdade, democracia, compromisso, respeito, cooperação, confiança, disciplina e civilidade.

A definição dos indicadores estratégicos passará a ser orientada a partir de uma visão clara dos resultados finais. O foco da medição do desempenho será maior nos resultados e impactos do que no processo em si. O modelo de Gestão por Resultados possui toda uma dinâmica de definição dos termos dos contratos de resultados, seus aspectos motivacionais relacionados, entre outros, ao reconhecimento e recompensas, contribuindo para a redução de custos operacionais. O Planejamento Empresarial para 2016, cujo modelo está focado nas dimensões de eficiência, eficácia e efetividade, irá nortear-se pela busca de resultados e impactos, definidos em consonância com a missão e a visão institucionais. Os principais resultados e impactos desejados são: inclusão financeira, solidez e sustentabilidade, crédito espacialmente/setorialmente distribuído, geração de emprego e renda, redução das desigualdades, competitividade das empresas do Nordeste brasileiro, promoção da sustentabilidade ambiental. A figura 1 apresenta o mapa estratégico que resume o novo modelo de planejamento e gestão do Banco.

Figura 1 - Mapa Estratégico



O Planejamento Empresarial do Banco para o período 2016-2019 reforça o compromisso da Instituição com o desenvolvimento regional, alinhado às políticas públicas e visando o bem-

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

estar social e as relações sustentáveis com os principais públicos com os quais a empresa se relaciona.

3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Nordeste, estão presentes a Assembleia Geral, o Conselho de Administração - composto por seis membros, assessorado pelos Comitê de Auditoria e pela Auditoria Interna - e a Diretoria Executiva, composta pelo Presidente e por seis diretores estatutários. O Banco do Nordeste mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal, composto por 5 (cinco) membros.

Além do próprio Estatuto Social, o Banco dispõe dos Regimentos Internos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, como balizadores das ações e práticas de seus Colegiados Estatutários. Esses documentos estão em harmonia com os demais normativos e leis existentes e são importantes instrumentos da Governança Corporativa, na medida em que fortalecem o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional do Banco.

A Superintendência de Auditoria do Banco do Nordeste visa agregar valor à organização reportando à alta administração acerca da eficácia do sistema de controle interno. Utiliza a metodologia de auditoria de processos com foco em riscos, por meio da qual vem adquirindo conhecimento dos processos do Banco e, conseqüentemente, aumentando a sua capacidade para avaliar os riscos desses processos e sua respectiva estrutura de controles, de forma independente e objetiva. Em 2015, a Auditoria realizou diversos trabalhos de avaliação, com destaque para: (a) avaliação do sistema de controles internos; (b) avaliação dos indicadores de desempenho empresarial; e (c) avaliação do processo de crédito (cadastro, concessão, administração e recuperação de crédito).

O Banco do Nordeste tem normalizadas as definições relativas às alçadas administrativas e as atribuições, assim como a composição e as regras de funcionamento de todos os seus colegiados não estatutários, responsáveis por decisões administrativas.

Nas relações institucionais estabelecidas pelo Banco, é observado o Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste, disponibilizado na Internet para todos os interessados. Esse código se destaca como sendo o principal instrumento orientador da ética empresarial na Instituição.

Em consonância com dois valores básicos da Instituição, acesso e transparência das informações, também está normalizada a arquitetura organizacional do Banco, compreendendo suas unidades organizacionais, subordinação, atribuições, organograma e distribuição do quantitativo de vagas.

O Banco possui mecanismos de gestão que adotam as melhores práticas de Governança Corporativa, garantindo efetividade e independência na gestão de riscos e controles internos.

3.1 Gestão de Riscos

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da Instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais, estabelecendo regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

A gestão dos riscos permite a sinergia de ações como a disseminação da cultura de gestão de riscos desejada e das atividades realizadas. Utiliza os canais internos de comunicação, inclusive os cursos de treinamento para gerentes intermediários e de formação bancária para empregados recém-ingressados no Banco.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos, controles internos e segurança corporativa apresenta-se unificada no nível estratégico e específica quanto às suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação da atividade.

As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos, controles internos e segurança corporativa encontram-se descritas a seguir:

- Conselho de Administração - Aprovar políticas de riscos, controles internos e segurança corporativa;
- Diretoria Executiva - Definir políticas de riscos, controles internos e segurança corporativa e submetê-las ao Conselho de Administração; aprovar limites operacionais e metodologias de gestão de riscos;
- Diretoria de Controle e Risco - Coordenar a implementação das políticas de risco, controles internos e segurança corporativa; monitorar o desempenho das áreas gestoras de riscos, controles internos e segurança corporativa;
- Comitê de Gestão de Riscos - Apreciar e deliberar sobre matérias de gestão de riscos encaminhadas a instâncias superiores, bem como sobre aquelas a serem implementadas pelas unidades. Com reuniões, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário;
- Comitê de Segurança Corporativa (COSEG) - Apreciar os aspectos relacionados com os segmentos de segurança da informação, segurança bancária, segurança em pessoas e do trabalho. Compete, ainda, ao COSEG apreciar acerca dos casos suspeitos de indícios de lavagem de dinheiro, previstos na Lei 9.613/98;
- Subcomitê Tático-Operacional de Gestão de Riscos - Tomar decisões de caráter tático-operacional que ofereça subsídios para o Comitê de Gestão de Riscos;
- Superintendência de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos - Coordenar a gestão operacional dos riscos, controles internos e segurança corporativa, e monitorar os seus resultados;
- Ambiente de Gestão de Riscos - Gerenciar em nível corporativo os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional; propor a definição de metodologias e modelos de gestão de riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional; promover a disseminação da cultura de gestão de riscos no Banco;
- Ambiente de Controles Internos - Gerenciar em nível corporativo os controles internos, propor a definição de metodologias e modelos de gestão de controles internos, promover a disseminação da cultura de controles internos no Banco;
- Ambiente de Segurança Corporativa - Gerenciar em nível institucional a segurança corporativa; propor a definição de metodologias e modelos de gestão de segurança corporativa; promover a disseminação da cultura de segurança corporativa no Banco;
- Unidades gestoras dos produtos, serviços, sistemas e processos expostos aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional - Gerenciar os riscos relacionados aos produtos, serviços, sistemas e processos que administram, e respectivos controles internos, de acordo com as metodologias e modelos definidos.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

Na gestão do risco de crédito, destacam-se as seguintes ações em 2015:

- Realização de teste de estresse da carteira de crédito;
- Aplicação do novo modelo de mensuração de perdas em conformidade com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS);
- Aperfeiçoamento das regras de ponderação das garantias fidejussórias;
- Atualização do Índice de Reajuste para Bens Imóveis (IRBI);
- Homologação do serviço de simulação da nota contágio para novos contratos;
- Monitoramento das operações aprovadas pelos Comitês Estaduais especificamente quanto ao objetivo de manter no mínimo 80% da carteira de crédito nos níveis de risco de “AA” até “C”;
- Monitoramento do risco de concentração da carteira de crédito;
- Monitoramento da movimentação entre classes de *rating* da carteira de crédito (índices de mobilidade e estabilidade) e definição de parâmetros de estimativa para avaliação dessa movimentação.

No tocante à gestão do risco operacional, destacam-se as seguintes ações:

- Qualificação de eventos de perdas operacionais observando a Arquitetura Organizacional vigente;
- Realização do cálculo da Parcela de Alocação de Capital – Modelo Básico BIA;
- Aplicação da Autoavaliação de Riscos e Controles nos Processos de Negócios e de Suporte da Instituição – Metodologia RCSA;
- Realização de Pesquisa sobre a Qualidade da Aplicação da Metodologia RCSA;
- Acompanhamento da Implementação do Plano de Providências das ações mitigadoras de riscos operacionais nos processos da Instituição.

Na gestão do risco de mercado e de liquidez, destacam-se as ações a seguir:

- Controle diário das exposições e limites dos recursos gerenciados pela tesouraria;
- Execução dos ajustes prudenciais ao apreçamento de ativos do Banco do Nordeste, conforme regulamentação do Banco Central;
- Redefinição da mensuração das exposições aos riscos de mercado referentes as quotas de fundos de investimento da carteira própria do Banco;
- Cálculo de indicadores periódicos e elaboração de relatórios para a alta administração do Banco do Nordeste e para o Banco Central, que abordam os seguintes aspectos:
 - i. Valor das exposições ao risco de mercado no Banco;
 - ii. Parcelas de risco de mercado referentes aos ativos ponderados pelo risco – RWA e do risco das taxas de juros da carteira bancária – RBAN, utilizadas no cálculo do requerimento mínimo de capital;
 - iii. Indicadores de liquidez do Banco;
 - iv. Testes de estresse, análises de sensibilidade e testes de aderência dos modelos utilizados na gestão de riscos de mercado e liquidez;
 - v. Gerenciamento do Sistema S701 – Sistema de Gestão de Riscos.

3.2 Controles Internos

O Banco do Nordeste ampliou as práticas de governança corporativa por meio do Sistema de Controles Internos, que é constituído por políticas, estratégias, procedimentos e práticas elaboradas para assegurar a mitigação dos riscos dentro de um nível aceitável de segurança para o alcance dos objetivos organizacionais.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

A prática das atividades de controles internos no Banco do Nordeste ocorre de forma distribuída nos diversos segmentos gerenciais e administrativos da empresa, cabendo a cada gestor a postura coerente com os interesses empresariais. O objetivo maior é a redução de incidência de falhas operacionais, mediante a execução de medidas acautelatórias com a inclusão de pontos de controles em processos. Para tanto, são utilizados mecanismos de controle como: decisões em colegiado, segregação de atividades entre pessoas distintas, autorização de instâncias superiores, relatórios de acompanhamento periódicos, revalidação de pontos de checagem. A postura ética e a disciplina dos empregados se constituem também em fator determinante na conformidade dos processos.

O Sistema de Controles Internos reúne, portanto, elementos e componentes que atuam em conjunto para oferecer segurança à Alta Administração do Banco do Nordeste quanto à mitigação dos riscos nos quais a organização está exposta, conforme regulamentação da Resolução nº 2.554/1998, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

4 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

4.1 Desenvolvimento Regional

O Banco do Nordeste aplica recursos na região por intermédio das operações de empréstimos e financiamentos e oferece produtos e serviços financeiros aos agentes econômicos, visando produzir resultados que garantam tanto a sua sustentabilidade quanto aos interesses da sociedade.

A solução das grandes questões regionais, a transformação do Nordeste e sua participação mais efetiva no cenário sócioeconômico nacional devem ser o desafio maior e alvo principal das ações do Banco do Nordeste, como o principal banco de desenvolvimento da região, que atua ampliando oportunidades, fortalecendo os agentes produtivos, produzindo impactos de interesse da sociedade nordestina, gerando empregos, proporcionando melhoria da renda das famílias, promovendo a inclusão social e financeira, atuando em área de grande carência econômica como o semiárido.

Além disso, o Banco do Nordeste, por meio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene, atua na elaboração, promoção e difusão de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas, na coordenação e avaliação de políticas e programas, na realização de estudos, pesquisas e avaliações, produzindo e publicando também obras técnicas e outros trabalhos de interesse do Banco em parceria com instituições ligadas ao desenvolvimento regional.

Por fim, no cumprimento de sua missão o Banco do Nordeste contribui de maneira efetiva para transformação da realidade regional e a redução das desigualdades. Isso pode ser constatado pela liderança assumida pelo Banco do Nordeste nas aplicações de recursos de longo prazo e de crédito rural na sua área de atuação. Com apenas 7,4% da rede bancária instalada na região, o Banco do Nordeste detêm mais de 50% do total de recursos aplicados, conforme tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Participação do Banco do Nordeste nos financiamentos (posição novembro/15)

Unidades Geográficas	Quantidade de Agências Bancárias Esperadas/Processadas		Banco do Nordeste/ Rede Bancária (%)	Participação do Banco do Nordeste nos financiamentos ²	
	Total	Banco do Nordeste ¹		de Longo Prazo ³	de Crédito Rural

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

Alagoas	200	16	8,0%	75,6%	58,3%
Bahia	1100	61	5,5%	49,1%	46,8%
Ceará	505	47	9,3%	66,9%	78,8%
Espírito Santo	96	5	5,2%	48,7%	11,7%
Maranhão	359	30	8,4%	62,6%	61,9%
Minas Gerais	223	17	7,6%	77,8%	46,0%
Paraíba	243	20	8,2%	64,2%	74,3%
Pernambuco	617	40	6,5%	60,9%	67,1%
Piauí	174	19	10,9%	48,1%	83,7%
Rio Grande do Norte	209	20	9,6%	62,0%	76,0%
Sergipe	216	18	8,3%	69,3%	74,3%
Total	3942	293	7,4%	58,4%	57,3%

Fontes: SISBACEN - Banco Central do Brasil / BANCO DO NORDESTE PRESIDENCIA – Superintendência de Marketing e Comunicação

Notas tabela 1:

- (1) Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo. Exceto Extrarregionais (2 agências).
 (2) Bancos contemplados nos dados do SISBACEN: bancos comerciais e bancos múltiplos com carteira comercial. Os financiamentos do FNE foram acrescidos aos dados do SISBACEN e do Banco do Nordeste.
 (3) Inclusive financiamentos rurais e agroindustriais (Crédito Rural).

Merecem ainda destaque algumas ações do Etene em prol do desenvolvimento regional como a elaboração e o lançamento dos Perfis Socioeconômicos dos Estados do Nordeste. A coleção, composta por nove livros, disponibiliza informações e análises sobre cada um dos Estados do Nordeste, abordando temas como a atividade econômica, o desempenho setorial, a agropecuária, a indústria, o comércio, os serviços, o turismo, o comércio exterior, a infraestrutura e o mercado de trabalho, além de um quadro resumo com os principais indicadores de cada Estado e da Região. Os volumes reúnem também informações sobre a recente evolução socioeconômica de cada unidade federativa do Nordeste, fornecendo subsídios, por um lado, para que o setor público possa elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento específicos e, por outro lado, para que o setor privado tenha à disposição a melhor informação possível para a realização de investimentos.

Vale mencionar também o lançamento da Edição Especial da Revista Econômica do Nordeste (REN) – Agroamigo 10 Anos, composta por dez artigos elaborados por pesquisadores e estudiosos da agricultura familiar no Brasil, que analisaram o programa Agroamigo do Banco do Nordeste sob diversas perspectivas.

O ano de 2015 também foi marcado pelo lançamento de dois novos índices econômicos – Inflação Nordeste (IPCA-NE) e Cesta Básica Regional –, ambos desenvolvidos pelo Etene (metodologia própria).

Na comemoração de 63 anos do Banco do Nordeste, ocorreu mais uma edição (21ª) do Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento, evento anual realizado desde 1995 e que tem o objetivo de mobilizar representantes dos principais setores da sociedade - governos, parlamentos, comunidade acadêmica, setor privado, terceiro setor e movimentos sociais – para debater as grandes questões regionais. Com o tema “O papel do banco de desenvolvimento na economia do século XXI”, a ideia do evento era justamente colher, junto aos públicos indicados, subsídios para preenchimentos de lacunas e aprimoramento de instrumentos de atuação.

Também em 2015, foi realizado o XX Encontro Regional de Economia, evento promovido pela Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) com o apoio do Banco do Nordeste. Essa parceria tem como objetivo principal incentivar a produção acadêmica direcionada para o desenvolvimento econômico regional. Como parte

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

de seu papel de indutor do desenvolvimento e difusor de conhecimentos sobre a Região, o Etene administra e operacionaliza os seguintes fundos: o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci) e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), com recursos não reembolsáveis para projetos de pesquisas, difusão de tecnologias e estudos técnicos e socioeconômicos.

As pesquisas apoiadas com recursos dos fundos (Fundeci e FDR) beneficiam o desenvolvimento de diversos setores/atividades que guardam conformidade com as peculiaridades regionais, especialmente com o semiárido, e com os aspectos econômicos, sociais e culturais da região Nordeste.

No ano de 2015, foi concedido R\$ 1,036 milhão para projetos apresentados ao Banco na modalidade Demanda Espontânea, nas seguintes áreas:

- Pesquisas: apicultura e indústria ceramista;
- Capacitação: saúde pública e inclusão profissional;
- Seminários técnicos e premiação de estudos: economia, desenvolvimento regional, políticas públicas, agricultura familiar, agroecologia e microfinanças.

Adicionalmente, em dezembro de 2015, a Diretoria Executiva aprovou a destinação de R\$ 8,0 milhões para publicação dos avisos: ETENE/FUNDECI 01/2015 – MEIO AMBIENTE - Pesquisa e Difusão de Novas Tecnologias de Convivência e Mitigação dos Impactos das Mudanças Climáticas na Região Nordeste; ETENE/FUNDECI 02/2015 – PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE - Inovações Tecnológicas e Organizacionais para Incremento da Produtividade e Competitividade nos Setores Produtivos; ETENE/FUNDECI 03/2015 – INOVAÇÃO BANCÁRIA - Inovações Metodológicas, de Gestão e Avaliação aplicadas ao Setor Bancário e Produtos Inovadores para Instituições Financeiras; ETENE/FUNDECI 04/2015 – HABITAÇÃO INCLUSIVA - Pesquisa e Difusão de Tecnologias e Produtos Inovadores e de Baixo Custo para Construção e Manutenção de Habitações Sociais.

Com relação a programas especiais, foi finalizada a Cooperação Técnica ATN/OC-13347-BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a qual visava estruturar o Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste – Prodepro. Essa cooperação teve como principal produto o Plano Diretor de Investimentos (PDI) do Prodepro, que diagnostica os setores produtivos de maior relevância nos 11 estados da área de atuação do Banco (Nordeste, MG e ES), seus respectivos gargalos e indica os investimentos prioritários para cada setor (e em cada estado), constituindo-se o principal instrumento de planejamento do Programa.

4.2 Sustentabilidade

Os onze princípios apresentados a seguir são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e orientam o Banco do Nordeste, na condição de banco de desenvolvimento, na aplicação do crédito e em seus processos internos de trabalho:

1. Incentivo à preservação, conservação e recuperação do meio ambiente.
2. Atuação socialmente responsável, com base na transparência, nos valores morais e éticos.
3. Cumprimento da legislação ambiental e social vigente.
4. Promoção do desenvolvimento sustentável na concessão do crédito e no apoio financeiro a projetos de diferentes naturezas, primando pela busca contínua do equilíbrio econômico, financeiro, social e ambiental.
5. Mensuração dos riscos socioambientais nas análises de clientes, de empreendimentos e de projetos.
6. Estímulo à formação de uma cultura inclusiva que iniba qualquer tipo de discriminação e ofereça oportunidades iguais para todos.
7. Promoção, apoio e difusão de iniciativas e projetos socioambientais.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

8. Alinhamento da atuação da Instituição às políticas públicas relacionadas ao meio ambiente e à responsabilidade social.
9. Ecoeficiência na utilização dos recursos, com adoção de critérios socioambientais na aquisição de bens e serviços.
10. Aperfeiçoamento periódico da Política Socioambiental da Instituição, com sua avaliação a cada cinco anos por parte da Diretoria e do Conselho de Administração.
11. Atuação alinhada ao Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste, com observância de todos os seus artigos, sobretudo os relacionados à responsabilidade socioambiental, à saúde e segurança do trabalho e ao combate à corrupção em todas as suas formas.

Durante o ano de 2015, o Banco do Nordeste desenvolveu várias ações de responsabilidade socioambiental relacionadas tanto à sua atividade de Banco de Desenvolvimento, ou seja, a concessão de financiamentos para o desenvolvimento sustentável da região onde atua, quanto às atividades relacionadas ao funcionamento da empresa em si. Seguem as ações de destaque realizadas no ano de 2015:

- Lançamento da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco do Nordeste e de seu respectivo Plano de Ação, em cumprimento à Resolução BACEN nº 4.327, de 25.04.2014 e ao Normativo FEBRABAN SARB nº 14, de 28.08.2014. Além dos 11 princípios, a PRSA apresenta 11 diretrizes, que abordam os aspectos: Gerais, Desenvolvimento Sustentável, Crédito, Risco Socioambiental, Produtos e Serviços, Responsabilidade Socioambiental, Pesquisa e Difusão, Partes Interessadas, Gestão Empresarial e Ação Institucional, Governança e Divulgação. A PRSA do Banco do Nordeste encontra-se disponível na internet no endereço: <http://www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental>.
- Destinação de recursos de incentivos fiscais a projetos sociais no âmbito do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), da Lei de Incentivo ao Esporte e do Fundo dos Direitos do Idoso. Em 2015, foram destinados recursos financeiros no valor de R\$ 1,3 milhão em favor do FIA atendendo 18 projetos que beneficiarão 2.490 crianças e adolescentes. De maneira similar foi destinado o valor de R\$ 967.249,08 em favor dos Fundos dos Direitos do Idoso apoiando 13 projetos e 1.485 beneficiados. Além desses projetos já mencionados, também foi aplicado o valor de R\$ 1,3 milhão em projetos sociais, financiados nos termos da Lei de Incentivo ao Esporte.
- Pela primeira vez o Banco do Nordeste destinou recursos financeiros incentivados no valor de R\$ 281 mil no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e R\$ 1.144.745,63 no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).
- Contratação de 9.640 operações de financiamentos relacionadas ao meio ambiente e à inovação que somaram R\$ 194 milhões, nos programas ambientais FNE Verde, Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, Pronaf Eco e Pronaf Agroecologia, além de R\$ 347 milhões aplicados no programa FNE Inovação.
- Elaboração do primeiro Relatório de Sustentabilidade do Banco do Nordeste na versão G4, nova classificação da *Global Report Initiative* (GRI) enquadrado nos critérios “de acordo” – Essencial. Este relatório se referente às ações do Banco do Nordeste no exercício de 2014, onde é realizada a prestação de contas à sociedade no tocante à ação socioambiental do Banco, inclusive por meio de seu anexo, a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (Dinsa).

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

No âmbito das cooperações e parcerias para o desenvolvimento regional sustentável, também se destaca que no ano de 2015, 24.402 famílias foram beneficiadas com a capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH), das quais 19.972 já estão com suas cisternas construídas, sendo 18.663 cisternas de placas para armazenamento de água para consumo humano e 1.309 cisternas de calçadão para armazenamento de água para a produção de alimentos e criação de animais. Trata-se de um contrato celebrado entre o Banco do Nordeste e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no valor de R\$ 85,7 milhões, que prevê a construção de 30.133 cisternas em 37 municípios dos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Paraíba, inserindo-se no esforço do Governo Federal para universalizar o acesso e o uso da água para populações carentes residentes em comunidades rurais com déficit de abastecimento de água.

5 DESEMPENHO

5.1 Desempenho econômico-financeiro

5.1.1 Ativos Totais

Ao término de 2015, os ativos globais do Banco do Nordeste apresentaram acréscimo de 8,4% em relação ao final de 2014. Nos ativos da Instituição também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 5,2 bilhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (R\$ 6,1 bilhões). O crescimento dos saldos de ativos do Banco de dezembro de 2014 para dezembro de 2015 está representado, preponderantemente, pelo acréscimo observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários e no saldo de operações de crédito, conforme Tabela 2. Destaca-se que o saldo de operações de crédito de 2015 foi afetado pela elevação do aprovisionamento de créditos de liquidação duvidosa, em face da redução da atividade econômica com reflexos na inadimplência e na reclassificação de risco das operações.

Em 2015, os saldos totais de ativos do FNE cresceram 12,0%, por conta, principalmente, dos ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. Durante o exercício de 2015, ingressou no patrimônio do FNE R\$ 6,4 bilhões, contra R\$ 6,1 bilhões ingressados em 2014, apresentando acréscimo de 6,2% nos saldos de aplicações (desembolso) em operações de crédito do FNE (retificados por provisões) e de 45,4% no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos.

Tabela 2 - Ativos Globais (R\$ milhões)

Especificação	Banco do Nordeste		FNE	
	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
Disponibilidades ^(*) , Aplicações Interfinanceiras e TVM	22.748,9	24.982,4	1.530,8	5.231,5
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	0,0	0,0	6.259,9	6.092,8
Relações Interfinanceiras	402,5	223,6	1.826,1	1.998,6
Operações de Crédito (Retificado por Provisões)	11.736,3	12.199,9	43.852,9	46.560,7
Outros Créditos (Retificado por Provisões)	3.059,9	3.749,5	7,9	8,4
Outros Valores e Bens	27,7	32,0	1,3	1,2
Permanente	229,7	234,5	-	-
Total	38.205,0	41.421,9	53.478,9	59.893,2

Fonte: DIRETORIA DE CONTROLE E RISCO – Superintendência de Controle Financeiro

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

(*) Nas disponibilidades do Banco do Nordeste estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE

5.1.2 Títulos e Valores Mobiliários

O saldo da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 31.12.2015, corresponde a R\$ 11,7 bilhões.

Em atendimento à Circular nº 3.068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”. Dessa forma, a Alta Administração do Banco declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

5.1.3 Disponibilidades do FNE

O saldo das disponibilidades do FNE cresceu de R\$ 1,5 bilhão em 2014 para 5,2 bilhões ao término de 2015. O saldo dos recursos comprometidos com operações de crédito teve redução de 2,7%, saindo de R\$ 6,3 bilhões em 2014 para R\$ 6,1 bilhões em 2015. O aumento das disponibilidades decorre do fato de o ritmo das aplicações, por conta da redução da atividade econômica, ser menor que o dos novos ingressos e reembolsos. Estes últimos, no ano de 2015, alcançaram a cifra de R\$ 9,5 bilhões e foram superiores em 21,8% aos valores reembolsados em 2014 que foram de R\$ 7,8 bilhões.

5.1.4 Captação de recursos

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2015, um saldo de captação de recursos de R\$ 8.898,1 milhões representando um decréscimo de 8,0 % (R\$ 769,8 milhões) em relação ao mesmo período em 2014, em linha com a sua estratégia de melhor ajustar seus níveis de captações às suas necessidades de recursos, buscando, entretanto, redução nos custos de captação. Neste mister, destacam-se a performance dos produtos Depósitos à Vista, com incremento de 90,1% , variação de R\$ 157,8 milhões (R\$ 333,0 milhões em dezembro/15 contra R\$ 175,2 milhões em dezembro/14) e L.C.A. (Letras de Crédito do Agronegócio) que apresentou acréscimo de 158,3%, variação de R\$ 132,0 milhões (R\$ 215,4 milhões em dezembro/15 contra R\$ 83,4 milhões em dezembro/14).

5.1.5 Administração de Fundos de Investimento

No final de 2015, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou o saldo de R\$ 5.175,2 milhões, crescimento de 5,7% em relação ao final de 2014. Na mesma posição, o Banco do Nordeste administrava 27 fundos de investimento, com 64.582 cotistas, evolução de 12,0% em relação ao ano anterior.

A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R\$ 29,9 milhões no ano de 2015, um incremento de 19,0% em relação a 2014.

5.1.6 Patrimônio Líquido e Resultados

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2015, Patrimônio Líquido de R\$ 2,8 bilhões. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, no ano de 2015, foi de 10,3% a.a. O capital social é representado por 86.371.464 ações escriturais ordinárias, sem valor nominal,

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

integralizadas. O lucro líquido foi de R\$ 305,7 milhões, resultado de R\$ 3,54 por ação. O FNE apresentou um patrimônio líquido de R\$ 59,9 bilhões em 2015.

5.2 Desempenho Operacional

5.2.1 Volume de Contratações

As contratações de operações de crédito do Banco do Nordeste atingiram o montante de R\$ 24,1 bilhões em 2015, representando decréscimo de 4,8% em relação ao ano de 2014. Desse valor, R\$ 12,6 bilhões (52,1%) destinaram-se a financiamentos de longo prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços; e R\$ 11,5 bilhões (47,9%) a empréstimos de curto prazo, abrangendo os produtos Crédito Direto ao Consumidor (CDC), capital de giro, cartão de crédito, conta garantida, câmbio, e desconto, bem como o programa Crediamigo.

Em relação à quantidade de operações, foram contratadas 5,1 milhões de operações em 2015, superando em 7,6% o ano de 2014. Os financiamentos de longo prazo e os empréstimos de curto prazo cresceram 8,3% e 7,5%, respectivamente.

Tabela 3 - Contratações de Operações de Crédito (R\$ milhões)

Tipo	2014		2015		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Longo Prazo	484.944	14.277,7	525.016	12.579,7	-11,9%
Curto Prazo	4.226.833	11.067,2	4.544.462	11.549,4	4,4%
Total	4.711.777	25.344,9	5.069.478	24.129,1	-4,8%

Fonte: DIRETORIA DE CONTROLE E RISCO – Superintendência de Controle Financeiro

Em 2015, as contratações de curto prazo tiveram acréscimo de 4,4% em relação ao ano anterior. Do valor total, R\$ 8,1 bilhões foram concedidos por meio do programa Crediamigo, correspondendo a 70,4% do volume realizado nos empréstimos de curto prazo e expansão de 14,2% em relação ao ano anterior.

Tabela 4 - Empréstimos de Curto Prazo (R\$ milhões)

Produto	2014		2015		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Crediamigo	3.871.871	7.124,8	4.167.867	8.133,7	14,2%
CDC/Capital de Giro	60.181	1.894,9	89.332	1.672,6	-11,7%
Cartão de Crédito	19.836	69,4	28.561	73,1	5,3%
Conta Garantida	35.308	646,1	31.344	391,2	-39,5%
Câmbio	282	975,4	289	908,8	-6,8%
Desconto	239.355	356,6	227.069	370,0	3,8%
Total	4.226.833	11.067,2	4.544.462	11.549,4	4,4%

Fonte: DIRETORIA DE CONTROLE E RISCO – Superintendência de Controle Financeiro

Em relação ao perfil dos clientes que contrataram operações de crédito, 69,0% foi disponibilizado aos clientes de pequeno porte (micro e pequena empresa, pessoa física, mini e pequeno produtor rural, clientes dos programas Crediamigo e Pronaf – incluindo

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

Agroamigo), representando R\$ 16,6 bilhões e crescimento de 9,1% em relação a 2014. Em termos quantitativos, estes clientes representaram 98,9% do total de contratações em 2015.

Tabela 5 - Contratações de Operações de Crédito por Porte (R\$ milhões)

Porte	2014		2015		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Pequeno	4.663.960	15.258,4	5.011.424	16.647,0	9,1%
Médio	42.487	2.778,6	47.694	2.787,4	0,3%
Grande	5.330	7.307,9	10.360	4.694,7	-35,8%
Total	4.711.777	25.344,9	5.069.478	24.129,1	-4,8%

Fonte: DIRETORIA DE CONTROLE E RISCO – Superintendência de Controle Financeiro

Na distribuição das contratações de operações de crédito por setor econômico em 2015, os setores que mais receberam recursos foram: comércio, com aplicação de R\$ 12,0 bilhões; rural, que contratou o valor de R\$ 5,7 bilhões; e industrial, que atingiu o montante de R\$ 4,0 bilhões. O setor de infraestrutura apresentou o maior crescimento em relação ao valor contratado em 2014 (109,2%). O setor rural aumentou em 8,9% o volume contratado e setor comércio cresceu 11,4%. Diante do cenário de crise econômica, apresentaram retração os setores industrial e serviços, com decréscimos de 38,2% e 26,9%, respectivamente.

Tabela 6 - Contratações de Operações de Crédito por Setor Econômico (R\$ milhões)

Setor	2014		2015		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Rural	443.101	5.252,5	479.921	5.718,1	8,9%
Industrial	131.285	6.469,5	138.481	3.999,6	-38,2%
Infraestrutura	4	233,6	6	488,6	109,2%
Comércio	4.098.007	10.801,5	4.402.497	12.031,8	11,4%
Serviços	39.380	2.587,8	48.573	1.891,0	-26,9%
Total	4.711.777	25.344,9	5.069.478	24.129,1	-4,8%

Fonte: DIRETORIA DE CONTROLE E RISCO – Superintendência de Controle Financeiro

Do valor total de operações de crédito contratadas em 2015, R\$ 11,5 bilhões foram oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que representa 91,4% dos financiamentos de longo prazo. Desses recursos, R\$ 6,8 bilhões foram contratados por clientes de pequeno porte, o que corresponde a 59,2% do total aplicado com recursos do Fundo e crescimento de 6,8% em relação ao ano anterior. Os clientes de médio e grande porte contrataram R\$ 1,7 bilhão e R\$ 3,0 bilhões, respectivamente.

Tabela 7 - FNE - Contratações por porte (R\$ milhões)

Porte	2014		2015		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Pequeno	467.598	6.368,8	504.727	6.801,4	6,8%
Médio	1.049	1.820,2	1.172	1.738,5	-4,5%
Grande	264	5.264,7	218	2.955,3	-43,9%

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

Total	468.911	13.453,7	506.117	11.495,2	-14,6%
--------------	----------------	-----------------	----------------	-----------------	---------------

Fonte: DIRETORIA DE CONTROLE E RISCO – Superintendência de Controle Financeiro

Na perspectiva dos setores econômicos, os maiores crescimentos em relação a 2014 ocorreram no setor de infraestrutura, com aumento de 109,2%; e de comércio, com 10,8%. A maior parte dos recursos contratados com a fonte FNE destinou-se ao setor rural (R\$ 5,6 bilhões que correspondem a 49,0% do volume contratado com esta fonte). Para o setor industrial foram destinados R\$ 1,5 bilhão e para o setor serviços R\$ 1,7 bilhão. Conforme mencionado anteriormente, os decréscimos nas contratações dos setores industrial e serviços são justificados pela atual conjuntura econômica.

Tabela 8 - FNE – Contratações por setor econômico (R\$ milhões)

Setor	2014		2015		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Rural	441.885	5.148,3	477.921	5.635,5	9,5%
Industrial	3.955	3.761,6	3.747	1.549,8	-58,8%
Infraestrutura	4	233,6	6	488,6	109,2%
Comércio	19.037	1.901,5	20.545	2.106,8	10,8%
Serviços	4.030	2.408,7	3.898	1.714,5	-28,8%
Total	468.911	13.453,7	506.117	11.495,2	-14,6%

Fonte: DIRETORIA DE CONTROLE E RISCO – Superintendência de Controle Financeiro

5.2.2 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é formado por recursos públicos e sua aplicação é norteada por regulamentação específica, direcionando o apoio a prioridades para o desenvolvimento regional, constituindo política pública de financiamento.

A regulamentação do FNE, objeto da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, deu início a operacionalização desses recursos pelo Banco do Nordeste, promovendo um fluxo crescente de investimentos nos setores produtivos da Região, com relevantes impactos econômicos e sociais.

Assim, o Banco do Nordeste financiou em 2015 um montante de R\$ 11.495,2 milhões com recursos do FNE, atendendo empreendimentos rurais e urbanos dos onze estados de sua área de atuação regional.

Apesar desse total representar alcance de 89,1% do programado para o exercício, as contratações contemplam a realização de 506.117 operações, tendo sido atendidos empreendimentos de todos os 1.990 municípios da área financiável pelo FNE, uma cobertura de 100% da área regional de atuação, com valor médio por operação de R\$ 22,7 mil.

A distribuição de financiamentos por estado é apresentada na Tabela 9, sendo registrada maior participação estadual do estado da Bahia, com 27,9%, convergente com a diretriz de limite máximo por estado de 30% do total anual de financiamentos. No tocante ao piso de 4,5% (não aplicável ao estado do Espírito Santo, que possui menor área financiável), os estados de Alagoas e Sergipe registraram participação de 3,7% e 3,2%, respectivamente, nos quais se observou proporcionalmente maior movimento de adiamento de investimentos empresariais, não tendo se concretizado parte dos financiamentos que se encontravam em negociação, notadamente de médio e grande porte.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

Tabela 9 - FNE: Financiamentos por Estado (R\$ milhões)

Estado	Valor Contratado	(%)
AL	430,7	3,7
BA	3.211,6	27,9
CE	1.795,3	15,6
ES	151,8	1,3
MA	1.218,3	10,6
MG	796,9	6,9
PB	631,5	5,5
PE	1.229,9	10,7
PI	1.061,5	9,2
RN	595,7	5,2
SE	372,1	3,2
Total	11.495,2	100,0(*)

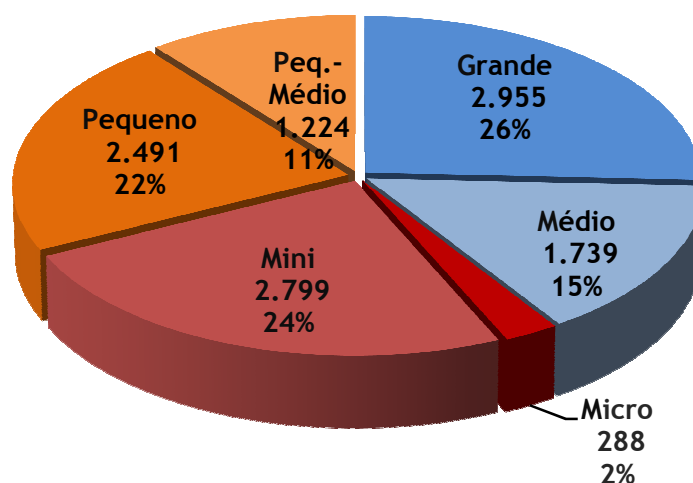
Fonte: DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – Escritório de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene

(*) Eventuais diferenças entre o total apresentado e a soma dos valores discriminados se devem a arredondamentos

Em termos de distribuição por porte de beneficiário, em 2015 o Banco do Nordeste contratou financiamentos com pequenos empreendimentos de forma prioritária, conforme diretriz do FNE, promovendo a geração e a desconcentração de emprego e renda.

Os empreendimentos de mini, micro, pequeno e pequeno-médio porte, rurais e urbanos, mobilizaram 59,2% do valor total dos financiamentos contratados no exercício, conforme apresentado no Gráfico 1 adiante. Nesse grupamento, se destaca com maior volume de recursos a participação de agricultores familiares (pronafianos) e micro e pequenas empresas (MPEs), expressando a importância desses segmentos na dinâmica econômica regional. Merece destaque também o crescimento nominal de 10,9% das contratações com os portes Mini e de 7,1% do total contratado com Pequeno-Médio, em relação a 2014.

Gráfico 1 - FNE 2015: Financiamentos por Porte de Beneficiário (R\$ milhões)



Fonte: DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – Escritório de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

Quanto à abordagem de espaços prioritários, a ação de financiamento com recursos do FNE contempla o apoio a espaços sub-regionais, definidos na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), objetivando a redução das desigualdades regionais e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Nesse contexto, destaca-se o financiamento a projetos no Semiárido, no total de R\$ 4.072,7 milhões, montante 7,8% superior ao realizado em 2014, crescimento gerado principalmente por elevação nos financiamentos a agricultores familiares, produtores rurais empresariais e MPEs, nessa ordem.

O volume de financiamentos nas microrregiões prioritárias (Baixa Renda, Estagnada, Dinâmica) da PNDR atingiu um total de R\$ 9.153,8 milhões, cerca de 79,6% dos financiamentos totais do FNE no ano.

As mesorregiões diferenciadas e as Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) são também espaços de atenção especial na PNDR e objeto da política de financiamento do FNE, tendo alcançado financiamentos no total de R\$ 2.043,8 milhões, superando o projetado de R\$ 1.725,0.

Os resultados obtidos pelo Banco do Nordeste no provimento de crédito de longo prazo são norteados pelas diretrizes do FNE como política pública de financiamento sendo, também, condicionados pela dinâmica da realidade econômica e social da Região.

Alguns períodos se mostram mais desafiadores para o alcance integral dos valores programados. Esse contexto renova propósitos e ações, de forma cooperada com as demais entidades que participam da promoção do desenvolvimento regional, abrindo perspectivas de avanços nas próximas etapas.

Quanto ao FNE, Resende et al. (2015)¹ avaliaram a relação entre o FNE e o crescimento do PIB per capita entre 1999 a 2011 dos municípios e microrregiões da sua área de atuação. Concluíram que os recursos do FNE, para algumas tipologias, apresentaram impactos positivos sobre o crescimento do PIB per capita em nível municipal e microrregional e evidenciaram o papel exercido pelo FNE sobre a redução das desigualdades aos níveis macrorregional e intrarregional. Observaram, ainda, que o FNE apresenta relação positiva com o crescimento dos municípios vizinhos aos de tipologia Dinâmica da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Tais resultados corroboram aqueles obtidos por Gonçalves et al. (2013)² e Soares et al. (2014)³, ao investigar os efeitos dos investimentos advindos do FNE no crescimento econômico dos municípios desta região na década de 2000. Os autores identificaram quatro grupos de municípios com efeitos diferenciados, sendo que os grupos com PIB per capita intermediários – valores entre R\$ 2.143 e R\$ 3.866 (792 municípios) e entre R\$ 3.866 e R\$ 7.406 (177 municípios) – apresentaram efeitos positivos e estatisticamente significantes. A ausência de impacto no crescimento nos municípios menores economicamente reforça a necessidade de um acompanhamento melhor da quantidade e da qualidade dos recursos destinados a estes municípios (o mesmo vale para os municípios estudados por Da Mata e

¹ RESENDE, Guilherme Mendes; SILVA, Diego Firmino Costa da; SILVA FILHO, Luís Abel da. Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): uma análise espacial por tipologia da PNDR entre 1999 e 2011. In: **Anais do XX Encontro Regional de Economia – Nordeste**. ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2015.

² GONÇALVES, Marcos Falcão; SOARES, Ricardo Brito; LINHARES, Fabrício Carneiro; VIANA, Luiz Fernando Gonçalves. Efeitos Diferenciados do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no Crescimento Econômico dos Municípios Nordestinos. In: **Anais do XLI Encontro Nacional de Economia**. ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2013.

³ SOARES, Ricardo Brito; LINHARES, Fabrício Carneiro; GONCALVES, Marcos Falcão; VIANA, Luiz Fernando Gonçalves. Fondo Constitucional de Financiamento del Nordeste del Brasil: efectos diferenciados sobre el crecimiento económico de los municipios. **Revista de la CEPAL**, n. 113, p.183-201, 2014.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

Resende (2015)⁴), e como também dos fatores locais que formam os gargalos ao crescimento econômico.

5.2.3 Eficiência Operacional

O Banco do Nordeste apresentou melhoria em sua eficiência, caracterizada pela gestão conjunta das despesas administrativas em contraponto à gestão das receitas de prestação de serviços. A análise dos resultados aponta uma melhoria de 1,6 pontos percentuais nesse indicador, comparando o exercício de 2015, quando atingiu 127,1%, em relação a 128,7% em 2014.

O Banco também apresentou resultado positivo em receitas de prestação de serviços, as quais atingiram o montante de R\$ 2,0 bilhões no exercício de 2015, com um acréscimo de R\$ 200 milhões em relação ao exercício de 2014.

Contribuíram para tal melhoria no desempenho, o incremento de R\$ 120,5 milhões nas receitas de tarifas e serviços, destacando-se a remuneração adicional sobre saldos, desembolsos e reembolsos de financiamentos com risco compartilhado no âmbito do Pronaf que totalizaram incremento de R\$ 63,9 milhões.

As despesas administrativas no exercício de 2015 apresentaram um acréscimo de 9,8%, inferior, portanto, à inflação medida pelo IPCA de 10,7%. Contudo, merecem destaque as economias, em relação a 2014, nas seguintes rubricas: contratações de serviços de terceirizados, com redução de R\$ 21,9 milhões; despesas com publicidade, com redução de R\$ 7,1 milhões; e despesas com viagens, com redução de R\$ 3,6 milhões.

5.3 Desempenho por Segmento**5.3.1 Agricultura Familiar**

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do Governo Federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste, contando com uma carteira ativa no valor de R\$ 8,0 bilhões, o que corresponde a 1,6 milhão de operações.

No ano de 2015, o Banco contratou 468.310 financiamentos com agricultores familiares, envolvendo recursos da ordem de R\$ 2,32 bilhões, alcançando 106% da meta estabelecida para o período. Do total dos recursos, 66,9% foram destinados a financiamentos na região semiárida. Estão incluídas nessas informações as operações realizadas pela metodologia Agroamigo (Programa de Microcrédito Rural - Agroamigo). Comparando o resultado obtido em 2015 com o de 2014, houve aumentos de 11,5% no volume de recursos aplicados no segmento e 8,5% na quantidade de operações contratadas.

5.3.1.1 Programa de Crédito Fundiário

O Banco do Nordeste financia a aquisição de propriedades rurais para agricultores familiares não proprietários ou com acesso precário à terra por meio dos programas de financiamento Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), ambos integrantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Em 2015, pelo programa Combate à Pobreza Rural foram contratadas 815 operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 48,3 milhões, sendo 728 operações no valor total de

⁴ DA MATA, Daniel; RESENDE, Guilherme. Changing the Climate for Banking: The Economic Effects of Credit in a Climate-Vulnerable Area. 2015. In: **Anais do 37º Encontro Brasileiro de Econometria**. SBE – Sociedade Brasileira de Econometria, 2015.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

R\$ 25,6 milhões destinados a aquisições de imóveis rurais (Subprojeto de Aquisição de Terra-SAT) e 87 operações no valor total de R\$ 22,7 milhões referentes ao Subprojeto de Investimentos Comunitários-SIC. Adicionalmente, por meio do programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), foram contratadas 14 operações, no valor total de R\$ 999 mil, destinadas à aquisição de imóveis rurais e construção de infraestrutura produtiva.

5.3.2 Pequeno e Miniprodutor Rural

Em 2015, o Banco do Nordeste contratou 6.082 operações de crédito de longo prazo para o segmento de Pequeno e Mini Produtor Rural, pessoa física.

Os recursos aplicados, oriundos do FNE, correspondem a R\$ 1,01 bilhão, valor que superou a meta estabelecida para esse segmento. O incremento em relação ao ano de 2014 é de 18,2%.

5.3.3 Microempreendedor Rural

O Agroamigo, microcrédito rural do Banco do Nordeste, lançado em 2005, tem como premissa a concessão de crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares, utilizando metodologia própria, adaptada às condições do meio rural, por meio do Pronaf.

No ano de 2015, em que o Agroamigo completou 10 anos de existência, o Banco do Nordeste financiou pelo Agroamigo R\$ 1,84 bilhão, o que representa um crescimento de 20% em relação aos valores contratados em 2014. O Programa contratou 448.593 operações, atingindo uma carteira ativa de R\$ 3,3 bilhões, com 1.097.484 clientes, dos quais 969.804 possuem conta corrente no Banco. O Agroamigo atende aos agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, em operações de até R\$ 15 mil, exceto Grupos A e A/C. Desde 2014, mais de 575 mil clientes do Agroamigo são beneficiários do Programa Bolsa Família do Governo Federal.

5.3.4 Microempreendedor Urbano

O Banco do Nordeste atua no segmento de microfinança urbana por meio do Programa Crediamigo, que desembolsou em 2015 o montante de R\$ 8,1 bilhões, representando um crescimento de 14,2% em relação aos valores alcançados em 2014. A quantidade de desembolsos cresceu 7,6%, sendo realizadas 4,2 milhões de operações em 2015. O Crediamigo possuía, ao final de 2015, mais de 2,0 milhões de clientes com empréstimos ativos, dos quais aproximadamente 44% participam do Programa Bolsa Família do Governo Federal.

A capacidade operacional do Crediamigo alcançou a média de 16,7 mil desembolsos por dia, significando um crescimento de 8,9% em relação à 2014. A inadimplência, representada pelos empréstimos em atraso de 1 a 90 dias em relação à carteira ativa, ficou em 1,22%.

Outra importante diretriz do Banco diz respeito à bancarização dos clientes do Crediamigo. Em relação às contas correntes, foram abertas 443.352 no decorrer do ano de 2015, sem cobrança de tarifa.

5.3.5 Micro e Pequena Empresa

O Banco do Nordeste tem forte atuação no apoio creditício às micro e pequenas empresas, contribuindo para o crescimento e consolidação do segmento. As operações de investimento são fundamentais nos processos de expansão e modernização dos empreendimentos, proporcionando o aumento da produtividade e o dinamismo da economia na região. O

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

Banco do Nordeste financiou, no exercício de 2015, contratos no montante de R\$ 2,8 bilhões referentes às contratações com micro e pequenas empresas, por meio de suas linhas de crédito de longo e curto prazo, sendo R\$ 2,1 bilhões com recursos do FNE, em 25.231 operações de longo prazo, representando um crescimento de 4% em relação quantitativo de 2014 e R\$ 647,4 milhões, em 38.989 operações de crédito de curto prazo, nesse caso por meio de recursos internos.

Em 2015, foram atendidas 24.473 micro e pequenas empresas. O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R\$ 1,5 bilhão em contratações, correspondendo a 54,3% do total de recursos aplicados. Na região do Semiárido, que é um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram contratadas, somente com recursos do FNE, 12.889 operações, o que representa 51,0% do total de operações efetivadas.

5.3.6 Empresarial

O segmento empresarial é constituído por clientes que apresentam faturamento anual superior a R\$ 3,6 milhões e até R\$ 200,0 milhões. Ao final de 2015, o Banco alcançou o quantitativo de 6.913 clientes, apresentando um incremento de 18% em relação à quantidade de clientes existentes ao final de 2014. Em 2015, este segmento apresentou os seguintes resultados: Contratações de Crédito Especializado, incluindo operações com recursos do FNE, no valor de R\$ 2,8 bilhões; Contratações de Crédito de Curto Prazo e Comércio Exterior no valor de R\$ 2,2 bilhões; Saldo médio de captação de recursos no valor de R\$ 2,1 bilhões.

5.3.7 Corporate

O segmento *Corporate* é composto por 622 clientes que apresentam faturamento anual superior a R\$ 200 milhões. Em 2015, foram contratadas operações de longo prazo no montante de R\$ 1,7 bilhão, sendo, com recursos oriundos do FNE, R\$ 1,6 bilhão; com o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), R\$ 53,6 milhões; e, Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), R\$ 33,4 milhões. Já no âmbito do curto prazo (Recursos Internos e Externos) foi contratado em torno de R\$ 1,0 bilhão com os clientes deste segmento. O saldo médio das aplicações financeiras do segmento *Corporate* correspondeu a R\$ 3,3 bilhões no ano de 2015.

5.3.8 Agronegócio – Pessoa Física

O Banco do Nordeste tem atuação destacada no apoio ao Agronegócio, contribuindo fortemente para o crescimento e consolidação do setor.. A modalidade de financiamento do programa Planta Nordeste (custeio rotativo) é o grande diferencial em termos de ferramenta operacional, pois além de se figurar como mitigador de risco proporciona agilidade na contratação das operações.

Em 2015, o desempenho das contratações de operações do Banco do Nordeste no agronegócio, com produtores pessoas físicas, atingiu o total de R\$ 1,26 bilhão em 498 operações, com recursos do FNE, superando a meta. Esse valor corresponde a um crescimento de 26,5% em relação ao ano de 2014.

5.3.9 Pessoa Física

A estratégia de atuação do Banco para o segmento Pessoa Física (PF) visa atender preferencial a clientes, sócios e funcionários de empresas públicas ou particulares,

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

profissionais liberais, funcionários e aposentados de empresas coligadas e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

O Segmento Pessoa Física encerrou o ano de 2015 com uma expansão na base de clientes de 18% e saldo médio de R\$ 309,98 milhões em operações de Crédito Comercial - PF, equivalendo a um crescimento de 21,42% comparado a 2014. Com relação à Captação de Recursos, o público de Pessoa Física fechou o ano com R\$ 2,3 bilhões em saldo aplicado.

5.3.10 Governo

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas pertencentes à administração pública indireta, as ditas “não dependentes”, conforme legislação vigente.

O Banco do Nordeste, na qualidade de Agente do Governo Federal, atua como depositário de recursos de convênios e como Mandatário da União nos contratos de repasse provenientes de Transferências Voluntárias do Orçamento Geral da União (OGU) para Estados, Municípios e entidades não governamentais.

O Banco também disponibiliza produtos e serviços voltados ao setor público, destacando-se os fundos de investimentos destinados exclusivamente a receber recursos dos regimes próprios da previdência social instituídos pelo Governo Federal, Governo dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Fazem parte também dessa linha de produtos voltados para este público as linhas de crédito com recursos do BNDES, através das quais Estados e Municípios podem ter acesso a financiamentos voltados à melhoria da eficiência, qualidade, inovação e transparência da gestão pública e administração tributária, bem como para a implantação, expansão e modernização de investimentos em infraestrutura urbana e social.

Na posição de 31/12/2015, as operações de crédito e captação de recursos neste segmento, alcançaram, respectivamente, o volume de R\$ 1,6 bilhão em saldo devedor e R\$ 800 milhões em saldo de captações, com uma carteira composta de 1.962 clientes.

6 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Os valores auferidos em 2015 com a recuperação de crédito registraram o montante de R\$ 2,83 bilhões, propiciando recebimentos em espécie na ordem de R\$ 689,5 milhões. Foram regularizadas 130.792 operações, sendo 108.033 operações com a fonte FNE e 22.759 com fonte não FNE.

Tabela 10 - Variável Regularização de Dívidas – (R\$ milhões)

Valor Reneg.	Valor em Espécie	Resultado Reg. Dívida	Meta Reg. Dívida	Desemp. Meta Reg. Dívida	Meta Recup. Créd em Espécie	Desemp. Meta Recup. Crédito em Espécie
2.141,5	689,8	2.831,3	2.600,0	108,90%	546,0	126,35%

Fonte: DIRETORIA FINANCEIRA E DE CRÉDITO – Superintendência de Administração e Recuperação de Crédito

Em referência ao Processo de instrução de Autorização da Cobrança Judicial (ACJ), foram realizadas efetivas melhorias de governança decorrentes da automatização e

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

aperfeiçoamento constante das rotinas operacionais e dos instrumentos de controle e da aprovação da política de supervisão do processo, resultando em significativa melhoria no cumprimento dos prazos de execução de ACJs.

7 RELACIONAMENTOS

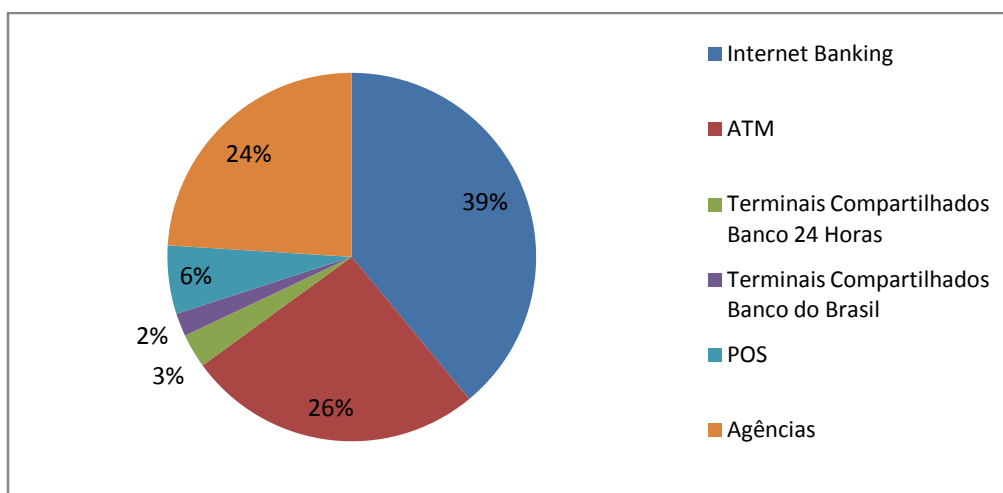
7.1 Relacionamento com cliente

O relacionamento com o cliente no Banco do Nordeste envolveu ações visando melhorar e ampliar os canais de atendimento, a gestão da marca, os patrocínios, os convênios, a ouvidoria e o processo de crédito.

Em relação aos canais de atendimento, o Programa de Modernização de Agências do Banco do Nordeste executou a contratação e desenvolvimento de projetos técnicos de engenharia e arquitetura para modernização de 35 agências. Foram inauguradas 7 (sete) agências e 1 (uma) foi relocada, e mantidas as obras de construção de mais 32 agências. Passando-se de 289 para 296 unidades de negócios. Os pontos de atendimento físicos totalizam 745 unidades, considerando agências e as unidades de atendimento de microcrédito. Encontram-se em processo de implantação 25 novas agências, com previsão de abertura no primeiro semestre de 2016.

A exemplo das demais instituições financeiras, os canais digitais *Internet Banking* e *Mobile* vêm se consolidando como os principais canais de relacionamento com o Banco. Das 40,6 milhões de transações realizadas em 2015, 39% foram realizadas por meio do *Internet/Mobile*, 26% nos ATMs localizados nas salas de autoatendimento das agências do Banco, 24% nos terminais de caixa das agências, 6% nos POS, 3% nos terminais compartilhados do Banco 24 Horas e 2% nos terminais compartilhados.

Gráfico 2 - Transações Bancárias - Banco do Nordeste



Fonte: PRESIDÊNCIA – Superintendência de Marketing e Comunicação

Cabe destacar que, houve um incremento de 8,2% na base de clientes em relação a 2014, atingindo um total de 4.105.094 em dez/2015, aumento de 309.420 clientes.

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão realizou mais de 1,7 milhão de atendimentos em 2015, representando 13,3% a mais do que em 2014, prestando serviços de orientação empresarial voltada para negócios, administração de crédito, monitoramento de oportunidades de relacionamento e negócios, monitoramento da segurança bancária, renovação de seguros e atendimento eletrônico.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

A pesquisa de satisfação eletrônica realizada com os clientes que contataram o SAC e o canal transacional do Banco em 1º nível obteve nota 95,23.

Na pesquisa de satisfação dos clientes, o índice geral obtido foi de 85,1%, representando uma melhor avaliação do cliente para o atendimento por meio dos serviços e canais oferecidos pelo Banco. Em 2014, esse índice foi de 81%.

Ao longo do ano de 2015, a Ouvidoria do Banco do Nordeste cumpriu seu papel de prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de seus produtos e serviços, atuando como canal de comunicação entre esse público e a Instituição, mediando conflitos e propondo ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas com base na análise das manifestações recebidas, em conformidade com o disposto na Resolução nº 4433, do Banco Central do Brasil.

Em 2015, à exceção dos meses de julho e agosto, o Banco do Nordeste manteve-se na melhor colocação no *ranking* de instituições por índice de reclamações do Banco Central do Brasil, no segmento de bancos e financeiras com mais de dois milhões de clientes.

Dando continuidade aos esforços para dotar o Banco de processos e produtos competitivos na área comercial, em 2015, foram criados os seguintes produtos/serviços:

- Lançamento dos Cartões: Cartão de Crédito Capital de Giro e Cartão de Crédito Capital de Giro com convênios (associados à Entidades de Classe Empresarial: Federação das Câmeras de Dirigentes Logistas, Câmeras de Dirigentes Logistas Municipais e Federações da Indústria)..
- Cartão BNDES: o cartão possui limite de crédito de até R\$ 1 milhão, com taxas de juros atrativas. O pagamento é feito em prestações fixas e iguais, com prazo máximo de 48 meses.
- Pagamento de boletos com envelope nos terminais de autoatendimento: a nova solução visa diminuir o Tempo Médio de Espera (TME) nas agências do Banco do Nordeste, proporcionando maior satisfação aos clientes.
- Ampliação da rede de terminais compartilhados: em parceria com o Banco do Brasil, as salas de autoatendimento foram ampliadas em mais 177 novas localidades, totalizando 1.177 cidades em que o cliente do Banco do Nordeste pode realizar operações bancárias utilizando a rede de terminais de autoatendimento compartilhados entre as duas instituições.
- Cartão de crédito Crediamigo Classic: ofertado inicialmente a 200 mil clientes do Crediamigo. Objetiva ampliar a oferta de produtos financeiros voltados a esse público, tendo em vista a elevada carteira de clientes deste programa.
- Disponibilização de máquinas de cartão de crédito e débito a clientes do Crediamigo: intitulada "Amiguinha". A ferramenta oferece mais segurança ao cliente, que não precisa transportar grandes quantidades de dinheiro em espécie e ainda pode antecipar pagamentos.
- Disponibilização no Nordeste Eletrônico da visualização pelo cliente dos lançamentos futuros em conta corrente, bem como a consulta para identificação dos estabelecimentos em que foram efetuadas compras com cartão de débito.
- Envio de *SMS-Short Message Service* ao cliente para compras realizadas com Cartão de Crédito.
- Disponibilização de *site* para contratação pelas agências do Seguro de Máquinas e Equipamentos, com condições diferenciadas, no sentido de agilizar a contratação do seguro obrigatório dos bens dados em garantia de operações de crédito.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

- Oferta do Seguro de Uva na região de Petrolina, fins de atender solicitação daquela agência para atendimento dos financiamento da fruta naquela região.
- Habilitação para recebimento da nova guia de recolhimento DAED – Documentos de Arrecadação do Empregador Doméstico, nos Canais de Atendimento do Banco do Nordeste.
- Disponibilização da impressão da segunda via do comprovante de pagamento de títulos nos terminais de autoatendimento do Banco do Nordeste.

7.2 Relacionamento com a Sociedade

A partir de uma política alinhada ao planejamento estratégico, conciliando os interesses institucionais e mercadológicos com as diretrizes do Governo Federal e pautada pela transparência na sua concessão e boas práticas na gestão dos recursos envolvidos, foram realizadas ações de patrocínio por meio das modalidades de edital e escolha direta a projetos para os quais o Banco do Nordeste teve interesse em associar sua marca.

Por escolha direta, foram patrocinados oito projetos culturais (Lei Rouanet) no valor de R\$ 790 mil e 118 de cunho institucional/mercadológico, no valor de R\$ 3.467 mil. Em relação aos projetos patrocinados por chamada pública, foram liberados em 2015, R\$ 4.365 mil, referentes a 115 projetos, conforme Tabela a seguir.

Tabela 11 - Editais de Patrocínio 2015

Edital	Descrição	Quantidade	Valor
1458	Institucional/Mercadológico	77	R\$ 1.178.049,71
0057	Cultural (Lei Rouanet-Art.18)	38	R\$ 3.187.398,74

Fonte: PRESIDÊNCIA – Superintendência de Marketing e Comunicação

7.3 Relacionamento com empregados

O Banco do Nordeste encerrou o ano de 2015 com 7.231 empregados. Destaca-se a oportunidade dada a diversos jovens, com base na Lei da Aprendizagem Profissional nº 10.097 e na Lei de Estágio nº 11.788, para promover a formação técnico-profissional dos 387 Bolsistas de Nível Médio, 686 Bolsistas de Nível Superior e 302 Jovens Aprendizes existentes em seu quadro.

Para atender à regulamentação do Banco Central do Brasil, por meio da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o Banco conta com 3.420 empregados com a Certificação Profissional CPA-10 e 580 com a CPA-20

Ações realizadas em 2015 que estão alinhadas de forma direta ou indireta com o planejamento estratégico do Banco descritas a seguir:

- Convocação de 512 novos empregados para suprir a demanda decorrente da abertura de vagas de analistas bancários para a expansão da rede de agências;
- Oferta de 48.565 oportunidades de capacitação, entre programas de educação a distância, cursos presenciais e educação formal;
- Certificação de 636 empregados com a CPA-20 e 123 empregados com a CPA-10;

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

- Em relação a Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (PLD), exigência do Banco Central, o Banco do Nordeste capacitou até dezembro de 2015, 99,50% dos seus empregados;
- O programa de educação formal ofertou 204 novas oportunidades, das quais 63 para programas de graduação, 136 para especialização e *Master of Business Administration* (MBA), 3 para mestrado e 2 para doutorado;
- Realização de campanhas de saúde, segurança e qualidade de vida;
- “Ética, eu e você somos os responsáveis” é o lema de ética construído pelos empregados do Banco do Nordeste, a partir de frases sugeridas e submetidas para votação do corpo funcional. As mais votadas foram adaptadas e votadas novamente, até a escolha do lema oficial. A cerimônia de lançamento do lema contou com a presença de representantes do Banco, da Comissão de Ética e da Controladoria Geral da União (CGU), foi transmitida por videoconferência para os auditórios estaduais e para toda a rede pela intranet. Os empregados também participaram da ação “Eu assino embaixo”, autografando *banners* com o lema da ética.

O Banco do Nordeste integra iniciativa pioneira da Controladoria Geral da União (CGU) em relação a a avaliação de integridade das empresas estatais.

Em 2015, entrou em vigor a nova Política de Gerenciamento Disciplinar do Banco do Nordeste, que normatiza procedimentos para instaurar e acompanhar ocorrências comportamentais e falhas em serviço que gerem prejuízos de até R\$ 30 mil à Instituição. Houve aperfeiçoamento das normas disciplinares e foi criado o Rito Disciplinar Especial, nos casos em que existam elementos de convicção para comprovação da autoria e materialidade de falta grave cometida por empregado do Banco.

Ao aperfeiçoar a Política de Gerenciamento Disciplinar, o Banco do Nordeste busca estimular uma postura ética dos seus empregados, além de mitigar práticas irregulares que expõem a Instituição e fragilizam os processos.

7.4 Relacionamento com fornecedores e parceiros

O Banco adaptou seus Editais e Contratos Administrativos, que tratam de compras de produtos e serviços, adotando cláusulas com exigência de observância, pela empresa contratada, de procedimento de integridade, conduta ética e adoção de procedimentos anticorrupção na execução dos serviços, conforme a Lei 12.846/13, regulamentada pelo Decreto nº 8.420/15.

Em 2015, destaca-se o acordo de cooperação técnica entre Banco do Nordeste e Sebrae com o objetivo de promover e estimular o aumento da produtividade e da competitividade e a implantação de ações inovadoras das micro e pequenas empresas (MPE), bem como dos microempreendedores individuais (MEI) e pequenos produtores rurais. O acordo contemplou também a realização de capacitação de técnicos do Sebrae sobre serviços financeiros, linhas de crédito, processo de crédito, exigências legais e documentação para atendimento ao cliente do Banco. Por fim, foi realizada a divulgação de informações sobre o SEBRAE e o Banco do Nordeste nos sites das duas organizações, além do compartilhamento de dados, pesquisas e resultados concernentes a MPEs.

8 TECNOLOGIA

A capacidade de processamento do Banco do Nordeste foi elevada em 77% com a aquisição e instalação de dois novos computadores *mainframes* IBM, distribuídos entre os *sites* principal e secundário de processamento do Banco. Esta ação de modernização da

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

infraestrutura de tecnologia do Banco foi acompanhada da substituição de 225 microcomputadores servidores distribuídos nas agências e demais unidades do Banco, bem como a conclusão do processo de modernização das estações de trabalho. Outras ações e projetos executados em 2015 que merecem destaque são os seguintes:

- Implantação parcial da solução de gerenciamento de disponibilidade e capacidade dos serviços de TI, com o propósito de melhorar a monitoração dos recursos e propiciar ações proativas para mitigação de indisponibilidades dos sistemas e serviços de TI;
- Ampliação dos serviços de suporte técnico aos usuários finais de TI (*service desk*);
- Criação do Plano de Estabilização de Sistemas e Infraestrutura de TI-PESI, cujo propósito foi melhorar a qualidade dos serviços ofertados aos clientes externos e internos, assegurando a estabilidade e disponibilidade dos recursos tecnológicos (infraestrutura e sistemas).

Com relação ao cumprimento aos Acórdãos nº 748/2014 e 754/2014, do Tribunal de Contas da União-TCU, e às demais recomendações de Órgãos de controle interno e externo, foi aprimorada a gestão do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação-PETI, por meio da monitoração e divulgação de indicadores do período 2015-2018, bem como definição e gestão de riscos relacionados aos objetivos estratégicos de TI. Também como aprimoramento da Governança de TI, a Metodologia de Gerenciamento de Projetos foi revisada, visando elevação da efetividade dos projetos de TI.

O processo de contratação de serviços de Fábricas de *Software* foi concluído em 2015. Cinco fábricas de *software* foram contratadas via processo de licitação para funcionarem no modelo de torres de negócio, em substituição ao modelo anterior, de segmentação por tecnologia. O novo modelo está em consonância com a metodologia adotada nas principais instituições financeiras do país, objetivando a melhoria da prestação dos serviços de desenvolvimento e manutenção de software do Banco.

O montante do orçamento realizado pelo Banco do Nordeste, em Tecnologia da Informação, totalizou R\$ 204,4 milhões, no ano de 2015. Sendo R\$ 173,6 milhões em despesas e R\$ 30,8 milhões em investimentos.

9 ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS EMPREGADOS

9.1 Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste - CAPEF

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste - Capef é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, criada em 1967, que administra um patrimônio, no final de 2015, de R\$ 3,79 bilhões, com 12.021 participantes e beneficiários assistidos, referente a dois planos previdenciários: um de benefício definido – Plano BD, plano fechado para ingresso de novos participantes; e um de contribuição variável – Plano CV I, criado em 2010.

O Plano BD encerrou o ano passado com 1.761 participantes ativos, 3.728 aposentados e 1.163 pensionistas e obteve, em 2015, uma rentabilidade de 16,30% equivalente a 93,68% da sua meta atuarial de 17,40% (INPC + 5,50% ao ano). O Plano CV I é um plano que está em fase de acumulação de reservas. Em 2015, esse plano obteve uma rentabilidade de 16,68% equivalente a 99,52% de sua meta atuarial de 16,76% (IPCA + 5,50% ao ano). Mesmo com esse resultado, o Plano CV I foi destacado como o de melhor relação risco/retorno, dentre 39 planos CVs, em estudo desenvolvido pela Consultoria Aditus.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Relatório da Administração

Nesse mesmo ano de 2015, o Plano CV I obteve percentual de adesão de 87,20% dos empregados que ingressaram no Banco, resultado do trabalho de divulgação realizado pela Capef em parceria com o Banco do Nordeste. Esse plano encerrou o ano com 5.281 participantes ativos, 73 aposentados e 15 pensionistas.

9.2 Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste - CAMED

A Caixa de Assistência, criada em 1979, faz parte da política de recursos humanos do Banco do Nordeste e é integrante do Grupo Camed, que conta ainda com a Camed Corretora de Seguros e a Creche Paulo VI. A Camed Saúde dispõe de uma carteira de 39.242 beneficiários e está presente nas regiões Nordeste e Sudeste, além do Distrito Federal. Os beneficiários contam também com o serviço de intercâmbio, que consiste na realização de atendimentos por meio de outras operadoras.

A receita operacional acumulada da Camed Saúde no ano de 2015 foi de R\$ 169 milhões, com crescimento de 9% se comparado com o ano de 2014, o que representa um incremento de R\$ 14 milhões.

Já a Camed Corretora está presente em todo o Brasil, por intermédio das Agências do Banco, e encerra o ano de 2015 com previsão de cifra recorde de R\$ 32,6 milhões em receita de comissão representando um crescimento de 9% em relação ao ano anterior.

Para oferecer atenção integral aos filhos dos empregados do Banco do Nordeste, a Camed Saúde oferece a Creche Paulo VI, formada por uma equipe multidisciplinar com pedagogos, nutricionista, psicóloga e fonoaudióloga. A Instituição termina o ano de 2015 com 146 crianças matriculadas, sendo 115 dependentes de empregados do Banco.

10 INFORMAÇÕES LEGAIS

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, o Banco do Nordeste informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no ano de 2015, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado****Índice das Notas Explicativas**

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Benefícios Pós-Emprego
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 12- Permanente	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 13- Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas	Nota 29- Partes Relacionadas
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	Nota 31- Outras Informações
Nota 16- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: “atuar na promoção do desenvolvimento regional sustentável como banco público, competitivo e rentável”. O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

Notas Explicativas

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério “*pro rata temporis*”.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

Notas Explicativas

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos para Negociação: são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em

Notas Explicativas

nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008, e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

k) Tributos

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 20% (até 31.08.2015 a alíquota era de 15%, a partir de 01.09.2015 passa a ser de 20% até 31.12.2018, em conformidade com o estabelecido na MP nº 675 de 21.05.2015, convertida na Lei nº 13.169 de 06.10.2015) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego, ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de *hedge*.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável", plano de assistência médica, do tipo "benefício definido" e seguro de vida em grupo, do tipo "benefício definido".

Para os planos do tipo "benefício definido" e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério "*pro-rata-die*".

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e na Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

q) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

Notas Explicativas

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os exercícios findos em 31.12.2015 e 31.12.2014.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Notas Explicativas

7

Especificação	2º Sem/2015			01.01 a 31.12.2015			01.01 a 31.12.2014		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas									
Receitas de Operações de Crédito	3.140.350	1.405.552	4.545.902	5.518.524	2.577.848	8.096.372	3.891.448	2.120.871	6.012.319
	1.431.353	-	1.431.353	2.452.476	-	2.452.476	1.818.600	-	1.818.600
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	811.870	797.144	1.609.014	1.602.751	1.370.884	2.973.635	1.206.667	1.036.609	2.243.276
Derivativos	435.019	-	435.019	665.042	-	665.042	103.453	-	103.453
Resultado de Operações de Câmbio	254.149	-	254.149	400.019	-	400.019	157.542	-	157.542
Resultado de Aplicações Compulsórias	(8.811)	-	(8.811)	2.043	-	2.043	36.208	-	36.208
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	2.255	-	2.255
Outras Receitas	216.770	608.408	825.178	396.193	1.206.964	1.603.157	566.723	1.084.262	1.650.985
Despesas									
Despesas de Captação no Mercado	(2.243.535)	(1.389.708)	(3.633.243)	(4.103.637)	(2.451.772)	(6.555.409)	(2.113.245)	(1.428.595)	(3.541.840)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(1.207.235)	-	(1.207.235)	(2.171.324)	-	(2.171.324)	(1.355.189)	-	(1.355.189)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(552.741)	(761.280)	(1.314.021)	(905.931)	(1.309.193)	(2.215.124)	(330.406)	(989.954)	(1.320.360)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	(460.823)	(627.959)	(1.088.782)	(1.002.720)	(1.141.764)	(2.144.484)	(425.588)	(428.297)	(853.885)
Provisão Proagro a Receber	(22.736)	-	(22.736)	(23.662)	-	(23.662)	(2.062)	(9.655)	(11.717)
	-	(469)	(469)	-	(815)	(815)	-	(689)	(689)
Margem Financeira	896.815	15.844	912.659	1.414.887	126.076	1.540.963	1.778.203	692.276	2.470.479
Rendas de Prestação de Serviços	225.057	744.077	969.134	423.926	1.599.984	2.023.910	370.866	1.473.543	1.844.409
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	28.484	-	28.484	52.363	-	52.363	37.832	-	37.832
Pasep e Cofins	(55.897)	(68.391)	(124.288)	(97.525)	(140.291)	(237.816)	(87.210)	(126.064)	(213.274)
Resultado após Tarifas e Comissões	1.094.459	691.530	1.785.989	1.793.651	1.585.769	3.379.420	2.099.691	2.039.755	4.139.446
Despesas Administrativas									
Despesas de Pessoal			(1.366.933)			(2.561.119)			(2.420.027)
Depreciação e Amortização			(834.589)			(1.565.754)			(1.518.699)
Outras Despesas Administrativas			(20.582)			(40.689)			(37.040)
Outras Despesas			(511.762)			(954.675)			(864.288)
			(241.993)			(495.747)			(485.207)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(36.842)			(83.194)			(96.764)
Lucro antes da Tributação e Participações			140.221			239.361			1.137.448
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			26.983			119.196			(299.426)
Participações no Lucro			(19.609)			(52.834)			(90.672)
Lucro Líquido			147.595			305.723			747.350

Notas Explicativas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Disponibilidades em Moeda Nacional	151.549	159.640
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	58.426	38.002
Total da Disponibilidade de Caixa	209.975	197.642
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.377.336	8.167.819
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	12.587.311	8.365.461

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
a) Aplicações no Mercado Aberto	12.444.473	8.167.819
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	12.377.336	8.167.819
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	67.137	-
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	635	76.500
Aplicações em Moeda Estrangeira	635	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	76.500
Total	12.445.108	8.244.319
Saldo de Curto Prazo	12.445.108	8.244.319

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	741.986	1.236.692	903.284
Posição Bancada	739.565	1.229.340	885.623
Posição Financiada	2.421	7.352	17.661
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	1.129	2.419	10.587
Total	743.115	1.239.111	913.871

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Títulos Disponíveis para Venda	11.543.732	13.642.125
Títulos Mantidos até o Vencimento	173.065	157.506
Diferencial a Receber Swap	610.474	507.287
Total	12.327.271	14.306.918
Saldo de Curto Prazo	253.302	6.053.427
Saldo de Longo Prazo	12.073.969	8.253.491

Notas Explicativas

9

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.12.2015											
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento			
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias							
Títulos de Renda Fixa	-	-	85.314	132.584	10.889.990	11.984.335	11.107.888	(876.447)				
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.792	7.978.725	7.979.876	7.980.517	641			2016 a 2021	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.199.577	1.437.494	1.199.577	(237.917)			2050	
Letras Financeiras	-	-	85.303	130.767	1.570.136	1.827.555	1.786.206	(41.349)			2016 a 2019	
Debêntures	-	-	-	-	135.847	702.235	135.847	(566.388)			2016 a 2035	
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.553	5.534	5.553	19			2027	
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	31.383	-	(31.383)			1993	
Títulos da Dívida Agrária	-	-	11	25	152	258	188	(70)			2016 a 2022	
Cotas de Fundos de Investimentos	253	-	-	-	-	1.741	253	(1.488)				
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	-	-	-	-	-	1.488	-	(1.488)			Sem Vencimento	
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	246	-	-	-	-	246	246	-			Sem Vencimento	
Fundo de Garantia de Operações - FGO	7	-	-	-	-	7	7	-			Sem Vencimento	
Títulos de Renda Variável	8.266	-	-	-	-	8.745	8.266	(479)				
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	124	-	-	-	-	163	124	(39)			Sem Vencimento	
Ações de Companhias Abertas	8.142	-	-	-	-	8.582	8.142	(440)			Sem Vencimento	
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	25.491	401.834	440.216	427.325	(12.891)				
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	376.244	376.229	376.244	15			2017 a 2020	
Títulos Públicos Federais - Nuclebrás	-	-	-	-	-	794	-	(794)			1993	
Debêntures	-	-	-	-	25.590	37.886	25.590	(12.296)			2019 a 2035	
Letras Financeiras	-	-	-	25.491	-	25.307	25.491	184			2016	
Total da Categoria	8.519	-	85.314	158.075	11.291.824	12.435.037	11.543.732	(891.305)				
Crédito Tributário (Nota 21.c)								375.256				
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								(1.614)				
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(517.663)				

Notas Explicativas

Especificação	31.12.2014								Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo					
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						
Títulos de Renda Fixa	-	-	5.488.373	61.366	7.734.088	13.718.050	13.283.827	(434.223)			
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	5.263.754	-	4.574.800	9.838.897	9.838.554	(343)		2015 a 2020	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.246.502	1.300.171	1.246.502	(53.669)		2050	
Letras Financeiras	-	-	224.617	61.339	1.559.240	1.911.463	1.845.196	(66.267)		2015 a 2019	
Debêntures	-	-	-	-	347.443	632.974	347.443	(285.531)		2016 a 2035	
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.949	5.949	5.949	-		2027	
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	28.365	-	(28.365)		1993	
Títulos da Dívida Agrária	-	-	2	27	154	231	183	(48)		2015 a 2022	
Cotas de Fundos de Investimentos	283	-	-	-	-	1.702	283	(1.419)			
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	-	-	-	-	-	1.419	-	(1.419)		Sem Vencimento	
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	268	-	-	-	-	268	268	-		Sem Vencimento	
Fundo de Garantia de Operações - FGO	15	-	-	-	-	15	15	-		Sem Vencimento	
Títulos de Renda Variável	8.553	-	-	-	-	8.745	8.553	(192)			
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	156	-	-	-	-	163	156	(7)		Sem Vencimento	
Ações de Companhias Abertas	8.397	-	-	-	-	8.582	8.397	(185)		Sem Vencimento	
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	211.829	-	137.633	361.046	349.462	(11.584)			
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	211.829	-	133.416	345.252	345.245	(7)		2015 a 2020	
Títulos Públicos Federais – Nuclebrás	-	-	-	-	-	718	-	(718)		1993	
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	4.217	15.076	4.217	(10.859)		2035	
Total da Categoria	8.836	-	5.700.202	61.366	7.871.721	14.089.543	13.642.125	(447.418)			
Crédito Tributário (Nota 21.c)								179.721			
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								(755)			
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(268.452)			

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 202.078 (R\$ 178.227 em 31.12.2014); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.295 (R\$ 2.013 em 31.12.2014); Garantias em Processos Judiciais R\$ 202.124 (R\$ 146.675 em 31.12.2014); e Demais Garantias R\$ 20.828 (R\$ 18.331 em 31.12.2014).

No exercício, o valor do ajuste a mercado das debêntures da carteira do Banco foi impactado pelo fato de algumas empresas emissoras encontrarem-se em processo de recuperação judicial, implicando na redução de remuneração e alongamento dos prazos de reembolso, sem, no entanto, enquadrar-se no conceito de perda permanente, como previsto na Circular nº 3.068, do Bacen.

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801 e CVSB970101, com vencimento em 31.08.1993 e 01.01.2027, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta “Ajustes a Valor de Mercado”, o valor de (R\$ 891.304) ((R\$ 447.418) em 31.12.2014). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 517.663) ((R\$ 268.452) em 31.12.2014).

Notas Explicativas

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.12.2015								Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)				
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
Títulos de Renda Fixa	-	-	480	-	85.065	173.065	85.545			
Cotas Fundo de Investimento-Ne Empreendedor	-	-	480	-	-	480	480		2016	
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	56.895	144.415	56.895		2030	
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	-	10.312	10.312	10.312		2017	
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	4.416	4.416	4.416		2023	
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	13.371	13.371	13.371		2018	
Nordeste III FIP	-	-	-	-	71	71	71		2022	
Total da Categoria	-	-	480	-	85.065	173.065	85.545			

Especificação	31.12.2014								Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)				
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias					
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	-	80.021	157.506	80.021			
Cotas Fundo de Investimento-Ne Empreendedor	-	-	-	-	1.471	1.471	1.471		2016	
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	56.251	133.736	56.251		2030	
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	-	10.678	10.678	10.678		2017	
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	565	565	565		2023	
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	10.017	10.017	10.017		2018	
Nordeste III FIP	-	-	-	-	1.039	1.039	1.039		2022	
Total da Categoria	-	-	-	-	80.021	157.506	80.021			

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

- a.4) No Exercício de 2015 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.
- a.5) Para obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:
- 1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e BM&FBovespa;
 - 2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados; e
 - 3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.
- a.6) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

Notas Explicativas

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	741.986	1.236.692	903.284
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	1.129	2.419	10.587
Títulos de Renda Fixa	865.415	1.733.511	1.328.661
Títulos de Renda Variável	484	1.013	744
Total	1.609.014	2.973.635	2.243.276

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.12.2015, o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 31.12.2015								
Especificação	Valor Nocional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	610.474	-	587.348	-	23.126	-	23.126
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	610.474	-	587.348	-	23.126	-	23.126
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								9.250

Composição em 31.12.2014								
Especificação	Valor Nocional	Valor de Mercado		Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	507.287	-	509.306	-	6.293	8.312	(2.019)
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.087.635	507.287	-	509.306	-	6.293	8.312	(2.019)
Crédito Tributário (Nota 21.c)								3.326
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								2.517

Especificação	31.12.2015		31.12.2014	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	-
3 a 12 meses	-	-	281.551	-
1 a 3 anos	-	-	-	-
3 a 5 anos	610.474	-	225.736	-
Total	610.474	-	507.287	-

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	31.12.2015				
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.179.697	592.349	1.202.823	592.349	23.126
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> (Nota 15.a)	1.179.697		1.202.843		23.146
Crédito Tributário (Nota 21.b)					9.258

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.180, sobre os juros da operação.

Notas Explicativas

Especificação	31.12.2014				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.616.740	1.107.433	1.614.720	1.107.432	(2.019)
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva⁽¹⁾		Valor de Mercado⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes (Nota 15.a)	1.603.509		1.601.150		(2.359)
Crédito Tributário (Nota 21.b)					(944)

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.400, sobre os juros da operação.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do exercício.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge (Eurobonds – Senior Unsecured Notes)* e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge, Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Swap	435.019	665.042	103.453
Total	435.019	665.042	103.453

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados**a) Créditos Vinculados**

Especificação	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios – Poupança	91.341	-	91.341	248.907	-	248.907
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	82.268	-	82.268	64.884	-	64.884
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	72.062	(27.513)	44.549	67.233	(12.523)	54.710
Tesouro Nacional - Crédito Rural	692	(588)	104	28.936	(533)	28.403
Total	246.363	(28.101)	218.262	409.960	(13.056)	396.904
Saldo de Curto Prazo	174.298	(587)	173.711	342.711	(533)	342.178
Saldo de Longo Prazo	72.065	(27.514)	44.551	67.249	(12.523)	54.726

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	3.357	12.115	20.692
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.633	4.829	3.914
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	30	60	59
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(14.831)	(14.961)	11.543
Total	(8.811)	2.043	36.208

Notas Explicativas

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	31.12.2015		31.12.2014	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	13.122.320	(922.410)	12.601.812	(865.515)
Curto Prazo	5.977.524	(501.165)	5.614.124	(350.873)
Longo Prazo	7.144.796	(421.245)	6.987.688	(514.642)
Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)	715.953	(205.463)	612.173	(25.188)
Curto Prazo	506.014	(205.463)	607.549	(25.188)
Longo Prazo	209.939	-	4.624	-
Total	13.838.273	(1.127.873)	13.213.985	(890.703)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Adiantamentos a Depositantes	431	1.091
Empréstimos	5.761.392	5.574.160
Títulos Descontados	61.821	66.244
Financiamentos	2.303.910	2.170.108
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	226.222	423.538
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	478.527	404.556
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.767.956	1.628.962
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.521.818	2.332.910
Subtotal de Operações de Crédito	13.122.320	12.601.812
Avais Fianças Honrados	146	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	28.298	18.516
Devedores por Compra de Valores e Bens	4.363	5.662
Títulos e Créditos a Receber	108.054	29.494
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	575.092	558.501
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	715.953	612.173
Total	13.838.273	13.213.985

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Empréstimos e Títulos Descontados	511.096	913.350	948.625
Financiamentos	583.484	1.040.112	612.419
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	139.382	241.505	134.056
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	196.731	256.402	122.843
Outros Valores	660	1.107	657
Total	1.431.353	2.452.476	1.818.600

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2015	Total em 31.12.2014
Rural	5.896	1.339	14.528	13.866	13.679	1.630.527	1.679.835	1.592.118
Indústria	87.579	75.685	61.678	193.005	344.005	1.996.731	2.758.683	2.814.544
Governo	15.616	15.616	41.146	51.421	119.224	1.381.893	1.624.916	1.362.749
Outros Serviços	119.756	153.538	92.122	245.655	352.909	1.355.881	2.319.861	2.440.769
Comércio	787.977	644.821	556.089	1.212.874	563.916	635.637	4.401.314	4.240.434
Intermediários Financeiros	65	22	21	62	121	188	479	715
Habitação	214	61	25	41	37	379	757	244
Pessoas Físicas	22.885	9.969	7.143	19.621	21.128	23.795	104.541	42.273
Total	1.039.988	901.051	772.752	1.736.545	1.415.019	7.025.031	12.890.386	12.493.846

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

Notas Explicativas

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 31.12.2015	Total em 31.12.2014
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	233	232	234	796	2.280	25.333	29.108	2.997
Indústria	5.769	5.386	5.986	14.795	23.475	26.003	81.414	67.187
Outros Serviços	6.640	10.302	5.364	15.574	26.819	158.474	223.173	122.919
Comércio	18.392	16.327	13.294	30.566	43.745	63.035	185.359	179.376
Intermediários Financeiros	1	1	1	3	7	8	21	517
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas Físicas	196	199	303	1.485	1.409	1.124	4.716	4.016
Total	31.231	32.447	25.182	63.219	97.735	273.977	523.791	377.012

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas							Total em 31.12.2015	Total em 31.12.2014
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	23	807	118	2.025	5.877	405	44.127	53.382	48.279
Indústria	3.500	3.981	8.470	13.062	12.407	9.245	160	50.825	27.461
Outros Serviços	2.984	3.939	81.676	16.454	30.937	46.101	363	182.454	166.650
Comércio	4.474	13.139	20.413	15.168	33.663	35.620	503	122.980	95.455
Intermediários Financeiros	1	-	1	1	3	1	-	7	23
Habitação	-	-	112	117	38	-	-	267	-
Pessoas Físicas	67	1.286	1.206	1.701	4.728	5.016	177	14.181	5.259
Total	11.049	23.152	111.996	48.528	87.653	96.388	45.330	424.096	343.127

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.12.2015				31.12.2014			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	5.218.780	-	5.218.780	-	4.852.000	-	4.852.000	-
A	4.554.399	-	4.554.399	22.772	4.452.345	-	4.452.345	22.262
B	2.358.464	56.382	2.414.846	24.148	2.298.098	36.693	2.334.791	23.348
C	79.931	116.073	196.004	5.880	95.081	50.262	145.343	4.360
D	90.151	91.298	181.449	18.145	221.287	198.807	420.094	42.009
E	61.303	106.863	168.166	50.450	102.678	85.126	187.804	56.341
F	26.978	75.339	102.317	51.158	27.453	58.935	86.388	43.194
G	18.055	138.587	156.642	109.650	91.693	28.409	120.102	84.071
H	482.325	363.345	845.670	845.670	353.211	261.907	615.118	615.118
Total	12.890.386	947.887	13.838.273	1.127.873	12.493.846	720.139	13.213.985	890.703

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Saldo Inicial (Provisão para Perdas da Carteira de Crédito)	890.703	893.774
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	1.002.375	425.607
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(765.205)	(428.678)
(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	1.127.873	890.703
Saldo Inicial (Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito)	46.458	46.477
(+) Provisão Líquida no Período	701	342
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(355)	(361)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)	46.804	46.458
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.174.677	937.161

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	400.395	809.836	404.810
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	60.156	192.539	20.797
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	460.551	1.002.375	425.607
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	496	570	25
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(225)	(225)	(44)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	460.822	1.002.720	425.588

f) No Exercício de 2015 foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 256.403 (R\$ 122.844 em 31.12.2014) e as renegociações importaram em R\$ 392.898 (R\$ 771.905 em 31.12.2014).

Notas Explicativas

g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e nº 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 31.12.2015, um efeito positivo no valor de R\$ 64.381 (R\$ 80.683 em 31.12.2014), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Efetivação de Rendas	29.611	38.216	38.195
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	24.060	33.835	20.373
Despesas com Deságios	(371)	(592)	(224)
Efeito Líquido de Provisões	(5.096)	(7.078)	22.339
Total	48.204	64.381	80.683

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
a) Crédito por Avals e Fianças Honrados	146	146
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	818.089	672.788
c) Rendas a Receber	31.124	30.034
d) Negociação e Intermediação de Valores	4	4
e) Diversos	3.152.430	2.428.683
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	1.459.663	942.033
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de Hedge (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	384.514	182.103
Devedores por Depósitos em Garantia	669.802	713.091
Impostos e Contribuições a Compensar	278.553	208.414
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	108.054	29.494
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.473	2.426
Pagamentos a Ressarcir	10.876	10.092
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	12	10
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	18	16
STN - Equalização de Encargos Financeiros do Crediamigo	-	127.275
Outros Valores	211.717	186.981
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(252.267)	(71.646)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(205.463)	(25.188)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.804)	(46.458)
Total	3.749.526	3.059.863
Saldo de Curto Prazo	3.344.533	2.498.388
Saldo de Longo Prazo	404.993	561.475

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	786.236	652.821
Direitos sobre Vendas de Câmbio	4.009	1.505
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(454)	(54)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	28.298	18.516
Ativo Circulante (Nota 10.b)	818.089	672.788
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	575.092	559.212
Câmbio Vendido a Liquidar	3.977	1.497
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(575.092)	(558.501)
Passivo Circulante (Nota 16.b)	3.977	2.208

Notas Explicativas

b) Resultado de Câmbio

Especificação	2º Sem/2015	01.01. a 31.12.2015	01.01. a 31.12.2014
Rendas de Câmbio	257.451	403.704	157.976
Despesas de Câmbio	(3.302)	(3.685)	(434)
Total	254.149	400.019	157.542

Notas Explicativas

18

NOTA 12 – Permanente
a) Investimentos

Especificação	31.12.2014		01.01.2015 a 31.12.2015			31.12.2015	
	Saldo Contábil		Adições	Exclusões	Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil
Ações e Cotas	652	-	-	-	652	652	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.227	27	(40)	(40)	1.214	1.214	1.214
Total	1.879	27	(40)	(40)	1.866	1.866	1.866

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2014		01.01.2015 a 31.12.2015				31.12.2015	
	Saldo Contábil		Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada
			Adições	Exclusões	Depreciação			
Edificações	92.970		9.835	-	(11.384)	91.421	258.410	(166.989)
Sistema de Processamento de Dados	51.531		31.900	(1.703)	(20.924)	60.804	139.410	(78.606)
Móveis e Equipamentos de Uso	27.778		7.377	(2.354)	(4.801)	28.000	70.647	(42.647)
Terrenos	17.025		606	-	-	17.631	17.631	-
Instalações	6.119		217	(40)	(1.363)	4.933	19.200	(14.267)
Sistema de Comunicação	69		-	(4)	(16)	49	339	(290)
Imobilização em Curso ⁽¹⁾	7.493		122	(7.615)	-	-	-	-
Sistema de Segurança	8.318		3.560	(1.120)	(2.069)	8.689	19.880	(11.191)
Sistema de Transporte	11		200	(198)	4.436 ⁽²⁾	4.449	14.364	(9.915)
Total	211.314		53.817	(13.034)	(36.121)	215.976	539.881	(323.905)

⁽¹⁾ Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.⁽²⁾ Houve reversão de depreciação no valor de R\$ 4.444.

c) Diferido

Especificação	31.12.2014		01.01.2015 a 31.12.2015			31.12.2015	
	Saldo Contábil		Adições	Exclusões	Amortização	Valor de Custo	Saldo Contábil
Gastos em Imóveis de Terceiros	159		-	-	(122)	358	37
Total	159		-	-	(122)	358	37

d) Intangível

Especificação	31.12.2014		01.01.2015 a 31.12.2015			31.12.2015	
	Saldo Contábil		Adições	Exclusões	Amortização	Valor de Custo	Saldo Contábil
Gastos com Intangíveis em Elaboração	16.406		204	-	-	16.610	16.610
Total	16.406		204	-	-	16.610	16.610

e) No exercício, não há registro de impairment sobre o Ativo Permanente.

Notas Explicativas

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 Anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2015	Total em 31.12.2014
Depósitos a Vista	333.005	-	-	-	-	-	333.005	175.199
Depósitos a Vista	333.005	-	-	-	-	-	333.005	165.168
Depósitos em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	10.031
Depósitos de Poupança	1.854.853	-	-	-	-	-	1.854.853	1.956.179
Depósitos Interfinanceiros	473.695	564.074	143.395	27.639	-	-	1.208.803	1.425.715
Depósitos a Prazo	1.328.284	1.166.952	2.719.246	742.592	1.305.350	91.662	7.354.086	8.368.334
Depósitos a Prazo	419.762	1.115.437	2.224.259	588.903	1.166.085	91.662	5.606.108	6.606.781
Depósitos Judiciais com Remuneração	888.708	-	-	-	-	-	888.708	846.314
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	399.860	63.142	63.141	-	526.143	494.112
FAT- Recursos Disponíveis	7.687	21.860	3.725	3.052	1.608	-	37.932	34.763
FAT- Recursos Aplicados	11.617	29.655	91.402	87.241	74.516	-	294.431	385.643
Outros	510	-	-	254	-	-	764	721
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	51.010	173.875	-	1.194.587	-	-	1.419.472	1.685.962
Eurobonds	-	9.436	-	1.194.587	-	-	1.204.023	1.602.550
LCA - Letras de Crédito do Agronegócio	51.010	164.439	-	-	-	-	215.449	83.412
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	92.567	-	-	-	1.408.609	1.501.176	1.356.540
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	1.792.282	1.792.282	1.605.289
Total	4.040.847	1.997.468	2.862.641	1.964.818	1.305.350	3.292.553	15.463.677	16.573.218
Saldo de Curto Prazo							6.038.315	7.219.885
Saldo de Longo Prazo							9.425.362	9.353.333

Notas Explicativas

b) Depósitos

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Depósitos a Vista	333.005	175.199
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	-	10.031
Depósitos de Governos	4.772	22.129
Depósitos Vinculados	166.320	74.432
Pessoas Jurídicas	120.821	43.779
Pessoas Físicas	40.376	23.345
Outros Valores	716	1.483
Depósitos de Poupança	1.854.853	1.956.179
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.280.523	1.292.336
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	573.630	662.955
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	700	888
Depósitos Interfinanceiros	1.208.803	1.425.715
Depósitos a Prazo	7.354.086	8.368.334
Depósitos a Prazo	5.606.108	6.606.781
Depósitos Judiciais com Remuneração	888.708	846.314
Outros Depósitos a Prazo	859.270	915.239
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 27 e Nota 29)	332.363	420.406
Recursos Disponíveis (Nota 27)	37.932	34.763
Proger Urbano	2.945	4.945
Protrabalho	1.282	482
Infraestrutura	25.820	26.129
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	7.885	3.207
Recursos Aplicados (Nota 27)	294.431	385.643
Proger Urbano	17.575	26.690
Protrabalho	75.188	91.215
Infraestrutura	98.068	137.008
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	103.600	130.730
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	526.143	494.112
Outros Valores	764	721
Total	10.750.747	11.925.427
Saldo de Curto Prazo	5.720.863	6.244.818
Saldo de Longo Prazo	5.029.884	5.680.609

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Carteira Própria	1.604.106	1.756.347
Letras Financeiras do Tesouro	1.604.106	1.756.347
Carteira de Terceiros	67.137	-
Notas do Tesouro Nacional	67.137	-
Total	1.671.243	1.756.347
Saldo de Curto Prazo	1.541.765	1.699.988
Saldo de Longo Prazo	129.478	56.359

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	2º Sem/2015	01.01. a 31.12.2015	01.01. a 31.12.2014
Despesas de Captações	(1.091.683)	(1.951.877)	(1.207.446)
Depósitos a Prazo	(379.584)	(743.485)	(619.345)
Depósitos de Poupança	(55.976)	(107.720)	(90.961)
Depósitos Judiciais	(49.094)	(89.946)	(72.066)
Depósitos Interfinanceiros	(29.894)	(58.086)	(41.402)
Depósitos Especiais	(45.729)	(86.914)	(73.528)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(525.222)	(853.011)	(298.188)
Outros Depósitos	(6.184)	(12.715)	(11.956)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(115.552)	(219.447)	(147.743)
Carteira de Terceiros	(2.420)	(7.334)	(17.704)
Carteira Própria	(113.132)	(212.113)	(130.039)
Total	(1.207.235)	(2.171.324)	(1.355.189)

Notas Explicativas**NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses****a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2015	Total em 31.12.2014
Empréstimos no Exterior	392.505	608.377	-	-	-	-	1.000.882	1.066.651
Repasses do País	41.006	109.546	323.802	356.066	688.976	189.750	1.709.146	1.631.087
Repasses do Exterior	28.753	140.070	325.950	322.945	262.665	-	1.080.383	847.215
Total	462.264	857.993	649.752	679.011	951.641	189.750	3.790.411	3.544.953
Saldo de Curto Prazo							1.320.257	1.326.159
Saldo de Longo Prazo							2.470.154	2.218.794

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2015	31.12.2014
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	1.000.882	1.066.651
Total		1.000.882	1.066.651
Saldo de Curto Prazo		1.000.882	1.066.651
Saldo de Longo Prazo			

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2015	31.12.2014
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,00	426	659
BNDES		1.567.324	1.464.027
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+2,00	1.199.931	1.131.349
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+2,00	367.393	332.678
Finame		141.396	166.401
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+2,00	120.862	147.700
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+2,00	20.534	18.701
Total (Nota 29.a.1)		1.709.146	1.631.087
Saldo de Curto Prazo		150.552	144.935
Saldo de Longo Prazo		1.558.594	1.486.152

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2015	31.12.2014
BID-Prodetur I	USD + 3,35	452.848	384.991
BID-Prodetur II	USD + 1,52	618.220	455.106
BID-Outros Programas	USD + 1,52	9.315	7.118
Total		1.080.383	847.215
Saldo de Curto Prazo		168.823	114.573
Saldo de Longo Prazo		911.560	732.642

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	2º Sem/2015	01.01. a 31.12.2015	01.01. a 31.12.2014
Despesas de Obrigações por Empréstimos	-	-	(960)
Obrigações por Empréstimos no País	-	-	(960)
Despesas de Obrigações por Repasses	(339.079)	(561.192)	(282.376)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(87.217)	(156.056)	(114.589)
Tesouro Nacional	(32)	(78)	(26)
BNDES	(83.879)	(149.641)	(108.945)
Finame	(3.306)	(6.337)	(5.618)
Despesas de Repasses do Exterior	(251.862)	(405.136)	(167.787)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(287.444)	(483.945)	(170.088)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(687.498)	(1.169.987)	(866.936)
Total	(1.314.021)	(2.215.124)	(1.320.360)

Notas Explicativas

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.12.2015 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2015 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2014 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	-	-	793.138
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	1.180.877	1.204.023	809.412
Total				600.000	1.180.877	1.204.023	1.602.550
Saldo de Curto Prazo						9.436	808.048
Saldo de Longo Prazo						1.194.587	794.502

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	31.12.2015	31.12.2014
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	87,56 do CDI	203.016	215.449	83.412
Saldo de Curto Prazo			215.449	83.372
Saldo de Longo Prazo			-	40

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 186 dias.

Notas Explicativas

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.312	2.677
Recursos do Proagro	119	-
IOF a Recolher	1.912	2.578
Outros Tributos e Assemelhados	281	99
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	3.977	2.208
c) Sociais e Estatutárias	46.661	160.668
Dividendos e Bonificações a Pagar	18.296	96.514
Participações nos Lucros	28.365	64.154
d) Fiscais e Previdenciárias	583.927	438.165
Provisão para Riscos Fiscais	47.584	127.010
Impostos e Contribuições	1.069	90.201
Causas Fiscais	46.515	36.809
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	113.426	45.988
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 21.d)	10.864	3.272
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.d)	4.048	5.147
Decorrentes de Créditos Recuperados (Nota 21.d)	98.514	37.569
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	339.231	192.187
Imposto de Renda	197.057	116.860
Contribuição Social ⁽¹⁾	142.174	75.327
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	83.686	72.980
e) Negociação e Intermediação de Valores	117	91
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	12.324.184	8.652.860
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 29.a.1)	11.332.783	7.798.625
Outros Valores	991.401	854.235
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 29.a.1)	1.501.176	1.356.540
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 29.a.1)	1.792.282	1.605.289
i) Diversas	4.679.504	3.695.814
Provisão para Passivos Contingentes	3.226.238	2.455.248
Causas Trabalhistas (Nota 22.i.iv)	249.461	221.610
Causas Cíveis (Nota 22.i.v)	142.592	138.045
Outras Causas (Nota 22.v.i)	720	608
FNE (Nota 22.i.2.i)	2.792.367	2.062.717
Repasse	999	1.073
Risco Integral BNB	133.088	111.778
Risco Compartilhado	2.658.280	1.949.866
FDNE (Nota 22.i.2.ii)	654	1.065
Proagro (Nota 22.i.2.iii)	2.644	2.600
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.i.2.iv)	37.800	28.603
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.263.375	1.116.313
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM nº 695	1.064.959	878.530
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 29.a.2)	235.477	130.268
Plano de Assistência Médica (Nota 29.a.2)	772.977	710.602
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Nota 29.a.2)	56.505	37.660
Despesa de Pessoal	161.263	194.924
Outros Valores	37.153	42.859
Outros Valores	189.891	124.253
Total	20.934.140	15.914.312
Saldo de Curto Prazo	7.110.820	6.258.485
Saldo de Longo Prazo	13.823.320	9.655.827

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2015	31.12.2014
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 29.a.1)	1.000.000	IPCA + 6,5715% a.a	22.12.2010	1.501.176	1.356.540
Saldo de Curto Prazo				92.567	83.648
Saldo de Longo Prazo				1.408.609	1.272.892

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.792.282	1.605.289
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	1.181.091	923.752
Recursos aplicados ⁽²⁾	611.191	681.537
Total (Nota 29.a.1)	1.792.282	1.605.289

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

Notas Explicativas

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 31.12.2014), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Composição em 31.12.2015		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.216.368	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.229.500	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45
Outros	2.029.181	2,36
Total	86.371.464	100,00

Composição em 31.12.2014		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.216.918	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.237.350	7,22
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45
Outros	2.020.781	2,35
Total	86.371.464	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 16.621 (R\$ 19.394 em 31.12.2014) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. No exercício houve transferência da reserva no valor de R\$ 2.275 (R\$ 724 em 31.12.2014) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a base para distribuição do resultado.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio do Exercício

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) de R\$ 73.370, sendo R\$ 73.154 imputados ao valor do dividendo, correspondente a 25% sobre o lucro líquido ajustado, base de cálculo dos Dividendos e JCP do exercício. Por conta dessa proposição, e considerando o pagamento antecipado de JCP do 1º semestre, atualizado monetariamente, no valor de R\$ 55.592, foi contabilizado, em conta de Provisão, o montante de R\$ 17.778, para pagamento de JCP complementares do exercício.

Os Juros sobre o Capital Próprio foram contabilizados em despesas, mas, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados”. O total dos JCP no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 30.325 (R\$ 60.105 em 31.12.2014).

d) Pagamento de Dividendos e JCP Adicionais do exercício de 2014

Por meio da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 31.03.2015, foi aprovada a distribuição de Dividendos e JCP, referentes ao exercício findo em 31.12.2014, de R\$ 533.030. Esse montante contempla R\$ 283.648 adicionado ao valor da provisão constituída para o exercício de 2014 e R\$ 40.463, transferido da conta Reservas Especiais de Lucros - Dividendos Adicionais Propostos, com vistas ao cumprimento da decisão da referida Assembleia. Referidos benefícios foram pagos em 14.04.2015.

Notas Explicativas

e) Demonstrativo de cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos:

Especificação	01.01. a 31.12.2015	01.01. a 31.12.2014
1. Lucro Líquido do Exercício	305.723	747.350
2. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	2.275	724
3. Lucro Líquido Ajustado	307.998	748.074
4. Reserva Legal Constituída	(15.286)	(37.367)
5. Base de Cálculo dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	292.712	710.707
6. Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	73.370	152.551
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(216)	(452)
8. JCP imputados aos dividendos (item 6 - item 7)	73.154	152.099
9. JCP antecipados e corrigidos pela Selic	(55.592)	(77.769)
10. JCP complementares de R\$ 0,205831030258 por ação (item 6 - item 9)	17.778	74.782
11. Dividendos propostos	-	96.831
12. Dividendos aprovados pela AGO/E de 31.03.2015	-	380.479
13. Dividendos antecipados corrigidos pela taxa Selic	-	(34.865)
14. Dividendos complementares (item 12 - item 13)	-	345.614
15. Valor bruto dos JCP e Dividendos do Exercício (item 6 + item 12) – 25,0656 % (75,0 % em 31.12.2014)	73.370	533.030
16. Valor Líquido dos JCP e Dividendos do Exercício (item 8 + item 12) – 25,0000% (74,9% em 31.12.2014)	73.154	532.578
JCP de R\$ 0,849469923886 por ação (em 31.12.2014: JCP de R\$ 1,76621991726 por ação)	73.370	152.551
Dividendos de 0 por ação (em 31.12.2014: Dividendos de R\$ 4,408273084 por ação)	-	380.479

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Lucro Base para distribuição de Dividendos e JCP no exercício	305.723	710.707
Dividendos/JCP Obrigatórios do exercício (25% sobre o lucro do exercício)	73.370	177.677
Dividendos/JCP Adicionais do exercício	-	355.353
Dividendos/JCP Obrigatórios distribuídos no 1º semestre	(55.592)	(81.392)
Dividendos/JCP Adicionais distribuídos no 1º semestre	-	(31.242)
Dividendos/JCP complementares	17.778	420.396

f) Reserva Legal

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no exercício e importa em R\$ 15.286 (R\$ 37.367 em 31.12.2014).

g) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro líquido apurado no exercício após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos, e corresponde a R\$ 219.342 (R\$ 461.324 em 31.12.2014).

h) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda	(249.211)	(14.064)
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego)	(183.157)	(161.387)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(432.368)	(175.451)

Notas Explicativas

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	2º Sem/2015	01.01. a 31.12.2015	01.01. a 31.12.2014
a) Receitas de Prestação de Serviços	969.134	2.023.910	1.844.409
Administração de Fundos de Investimentos	15.557	29.907	25.136
Administração de Fundos e Programas	754.328	1.620.077	1.508.531
Prestação de Serviços	199.249	373.926	310.742
b) Rendas de Tarifas Bancárias	28.484	52.363	37.832
c) Despesas de Pessoal	(834.589)	(1.565.754)	(1.518.699)
Proventos	(490.347)	(923.725)	(947.311)
Encargos Sociais	(186.442)	(341.563)	(305.819)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I (Nota 25.g)	(39.749)	(72.699)	(51.666)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural (Nota 25.g)	(43.440)	(81.531)	(81.422)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	-	(2.517)	(3.040)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(74.611)	(143.719)	(129.441)
d) Outras Despesas Administrativas	(532.344)	(995.362)	(901.328)
Processamento de Dados	(88.258)	(161.494)	(143.742)
Propaganda e Publicidade	(12.779)	(23.765)	(31.584)
Serviços de Terceiros	(222.575)	(419.620)	(368.227)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(34.992)	(67.323)	(52.450)
Viagens	(5.624)	(11.490)	(15.056)
Comunicações	(15.577)	(29.939)	(26.556)
Depreciação e Amortização	(20.582)	(40.689)	(37.040)
Manutenção e Conservação de Bens	(22.963)	(40.966)	(39.176)
Vigilância, Segurança e Transporte	(36.524)	(71.234)	(57.319)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(5.968)	(11.429)	(10.041)
Serviços do Sistema Financeiro	(15.213)	(28.376)	(25.941)
Serviços Técnicos Especializados	(15.220)	(32.359)	(37.337)
Seguros	(1.107)	(2.412)	(4.308)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(12.617)	(22.830)	(22.199)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(678)	(2.067)	(2.102)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.574)	(4.986)	(4.602)
Fundeci – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(9.000)	(9.000)	(8.000)
Outros Valores	(10.093)	(15.383)	(15.648)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.e)	(139.246)	(267.365)	(236.659)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(124.331)	(237.859)	(213.329)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(13.494)	(26.926)	(21.101)
Outros Valores	(1.421)	(2.580)	(2.229)
f) Outras Receitas Operacionais	825.113	1.601.787	1.645.335
"Del credere" de Fundos Administrados	611.742	1.213.672	1.089.819
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	2.697	12.281	203.000
Reversão de Prov. Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	34	74	284
Reversão de Prov. Operacionais/Riscos c/Op. do FDNE	437	437	-
Recuperação de Encargos e Despesas	3.865	11.482	10.343
Reversão de Provisões de CSLL e IR	-	-	229
Reversão de Provisões Operacionais	15.076	123.045	116.475
Juros e Comissões	12.107	14.342	6.948
Correção Monetária	1.095	1.646	2.399
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	69.892	91.292	134.361
Outros Valores	108.168	133.516	81.477
g) Outras Despesas Operacionais	(915.042)	(1.715.634)	(999.289)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(7.755)	(8.361)	(745)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(976)	(4.421)	(110.495)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(76)	(77)	(6.171)
Descontos Concedidos em Renegociações	(1.011)	(1.461)	(1.338)
Encargos de Operações de Crédito	(1.085)	(1.953)	(2.757)
Riscos Fiscais	(4.808)	(11.175)	(14.772)
Riscos com Operações do FNE	(627.960)	(1.141.764)	(428.297)
Riscos com Operações do FDNE	(2)	(26)	(550)
Causas Trabalhistas	(12.590)	(29.871)	(28.907)
Causas Cíveis	(19.426)	(42.035)	(52.994)
Outras Causas	(18)	(112)	(91)
Outros Passivos Contingentes	(22.736)	(23.662)	(11.717)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(104.818)	(231.878)	(165.328)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(70.517)	(124.449)	(80.186)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(30.678)	(62.544)	(69.121)
Outros Valores	(10.586)	(31.845)	(25.820)
Total	(598.490)	(866.055)	(128.399)

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa, podendo ser suspenso ou reduzido quando a apuração pelo Lucro Real for mais favorável ao Banco, quando comparada com a forma Estimativa. As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social estão demonstradas no quadro abaixo.

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	239.361	1.137.448	239.361	1.137.448
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(52.834)	(90.672)	(52.834)	(90.672)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(73.370)	(152.551)	(73.370)	(152.551)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	113.157	894.225	113.157	894.225
Adições/Exclusões Permanentes	(346.259)	(265.288)	(345.932)	(265.431)
Adições/Exclusões Temporárias	1.085.757	(149.761)	1.085.757	(149.761)
Resultado Tributável	852.655	479.176	852.982	479.033
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(213.140)	(119.770)	(142.319)	(71.855)
Deduções (Incentivos Fiscais)	16.083	8.550	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	968	1.225	775	735
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(196.089)	(109.995)	(141.544)	(71.120)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(37.069)	(3.165)	(30.609)	(1.899)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(233.158)	(113.160)	(172.153)	(73.019)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	258.973	(70.779)	265.534	(42.468)
Total de IRPJ/CSLL	25.815	(183.939)	93.381	(115.487)
Alíquota Efetiva (%)	22,81	20,57	82,52	12,91
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	196.089	109.995	141.545	71.120
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	968	1.225	775	735
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	197.057	111.220	142.320	71.855
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(171.402)	(103.145)	(89.679)	(64.425)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	25.655	8.075	52.641	7.430

Notas Explicativas

b) Alteração da Alíquota da CSLL de 15% para 20%

Até 31.08.2015 a alíquota da CSLL era de 15% e, a partir de 01.09.2015, passou a ser de 20% até 31.12.2018, em conformidade com o estabelecido na MP nº 675 de 21.05.2015, convertida na Lei nº 13.169 de 06.10.2015). Esta mudança impactou, positivamente, o resultado do Banco em R\$ 111.316, conforme demonstrado abaixo:

Ativo Fiscal Diferido	114.489
Passivo Fiscal Diferido	(3.173)
Total	111.316

c) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Notas Explicativas

Especificação	31.12.2015		31.12.2014		31.12.2015	31.12.2014
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões						
Saldo Inicial	588.762	353.271	645.463	387.292	942.033	1.032.755
Constituição	494.483	296.704	258.530	155.132	791.187	413.662
Realização/Reversão	(239.808)	(33.749)	(315.231)	(189.153)	(273.557)	(504.384)
Saldo Final (Nota 10.e)	843.437	616.226	588.762	353.271	1.459.663	942.033
b) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	2.078	1.247	13	7	3.325	20
Constituição	47.555	31.062	4.575	2.746	78.617	7.321
Realização/Reversão	(49.633)	(32.309)	(2.510)	(1.505)	(81.942)	(4.015)
Saldo Final (Nota 7.c)	-	-	2.078	1.248	-	3.326
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	(590)	(354)	15.554	9.333	(944)	24.887
Constituição	104.824	65.429	12.797	7.678	170.253	20.475
Realização/Reversão	(98.448)	(61.603)	(28.941)	(17.365)	(160.051)	(46.306)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	5.786	3.472	(590)	(354)	9.258	(944)
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	112.325	67.396	131.001	78.601	179.721	209.602
Constituição	549.851	368.466	433.654	260.192	918.317	693.846
Realização/Reversão	(438.403)	(284.379)	(452.330)	(271.397)	(722.782)	(723.727)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	223.773	151.483	112.325	67.396	375.256	179.721

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Total das Diferenças Temporárias	5.809.498	4.263.499	5.809.498	4.263.499
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.452.374	1.065.875	1.133.207	639.525
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	843.437	588.762	616.226	353.271
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	229.559	113.813	154.955	68.290
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3+ item 4) ⁽¹⁾	1.072.996	702.575	771.181	421.561
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	379.378	363.300	362.025	217.964

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 31.12.2015, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	15,04	299.461	289.230	239.569	231.384	539.030	520.614
2017	12,65	144.307	124.178	115.446	99.342	259.753	223.520
2018	11,37	106.982	83.033	85.587	66.426	192.569	149.459
2019	10,88	36.546	25.740	21.928	15.444	58.474	41.184
2020	10,51	256.141	164.059	153.696	98.445	409.837	262.504
Total		843.437	686.240	616.226	511.041	1.459.663	1.197.281

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2015.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e Item Objeto de Hedge apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	73.692	73.692	58.953	58.953	132.645	132.645
2017	1.358	1.358	1.088	1.088	2.446	2.446
2018	11.045	11.045	8.836	8.836	19.881	19.881
2019	9.653	9.653	5.792	5.792	15.445	15.445
2020	3	3	2	2	5	5
A partir de 2021	133.808	133.809	80.284	80.285	214.092	214.094
Total	229.559	229.560	154.955	154.956	384.514	384.516

Notas Explicativas

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.12.2015 estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	378.180	338.372	302.544	270.697	680.724	609.069
2017	150.692	116.591	120.556	93.275	271.248	209.866
2018	107.973	78.204	86.380	62.563	194.353	140.767
2019	53.739	37.202	32.244	22.321	85.983	59.523
2020	248.603	140.574	149.176	84.353	397.779	224.927
A partir de 2021	133.809	133.809	80.281	80.285	214.090	214.094
Total	1.072.996	844.752	771.181	613.494	1.844.177	1.458.246

d) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.12.2015		31.12.2014		31.12.2015	31.12.2014
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	Total
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	1.573	944	5.397	3.238	2.517	8.636
Constituição	54.535	32.721	17.847	10.708	87.256	28.555
Realização/Reversão	(50.327)	(30.196)	(21.671)	(13.002)	(80.523)	(34.674)
Saldo Final (Nota 7.c)	5.781	3.469	1.573	944	9.250	2.517
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	3.217	1.930	4.134	2.482	5.147	6.616
Constituição	-	450	227	136	450	363
Realização/Reversão	(968)	(581)	(1.144)	(688)	(1.549)	(1.832)
Saldo Final	2.249	1.799	3.217	1.930	4.048	5.147
c) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	23.481	14.088	16.491	9.895	37.569	26.386
Constituição	32.991	28.163	7.658	4.595	61.154	12.253
Realização/Reversão	(130)	(79)	(668)	(402)	(209)	(1.070)
Saldo Final (Nota 16.d)	56.342	42.172	23.481	14.088	98.514	37.569
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	472	283	25.007	15.004	755	40.011
Constituição	18.307	11.200	92.496	55.498	29.507	147.994
Realização/Reversão	(17.832)	(10.816)	(117.031)	(70.219)	(28.648)	(187.250)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	947	667	472	283	1.614	755

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2016	56	44	100
2017	31	25	56
2018	406	325	731
2019	6.080	3.648	9.728
2020	38	23	61
A partir de 2021	117	71	188
Total	6.728	4.136	10.864

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	15,04	611	531	490	425	1.101	956
2017	12,65	611	471	489	377	1.100	848
2018	11,37	611	423	489	339	1.100	762
2019	10,88	416	260	331	208	747	468
Total		2.249	1.685	1.799	1.349	4.048	3.034

Notas Explicativas

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ¹	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	15,04	6.211	5.399	4.969	4.318	11.180	9.717
2017	12,65	7.853	6.827	6.283	5.461	14.136	12.288
2018	11,37	27.773	24.142	22.219	19.313	49.992	43.455
2019	10,88	5.088	4.423	3.053	2.654	8.141	7.077
2020	10,51	4.491	3.902	2.694	2.342	7.185	6.244
A partir de 2021	10,51	4.926	4.282	2.954	2.569	7.880	6.851
Total		56.342	48.975	42.172	36.657	98.514	85.632

Os valores totais das provisões dos passivos tributários, na posição de 31.12.2015, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2016	6.878	5.503	12.381
2017	8.495	6.796	15.291
2018	28.790	23.032	51.822
2019	11.583	7.032	18.615
2020	4.529	2.717	7.246
A partir de 2021	5.044	3.027	8.071
Total	65.319	48.107	113.426

e) Despesas Tributárias

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(124.331)	(237.859)	(213.329)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(13.494)	(26.926)	(21.101)
Outros Valores	(1.421)	(2.580)	(2.229)
Total (Nota 20.e)	(139.246)	(267.365)	(236.659)

NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões, ativos contingentes, passivos contingentes e obrigações legais são observados os critérios do CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pelo Bacen por meio da Resolução do CMN n.º 3.823, de 16.12.2009 e Carta Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Superintendência Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício

Notas Explicativas

de profissões). Para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	31.12.2015		31.12.2014	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Riscos Fiscais				
a.1) Impostos e Contribuições - Obrigação Legal⁽¹⁾	1.069	1.069	90.201	90.201
a.2) Causas Fiscais	1.905.981	46.515	1.356.639	36.809
i) Obrigação Legal	266	266	284	284
ii) Outras Obrigações-Diversas	1.905.715	46.249	1.356.355	36.525
Provável	46.249	46.249	36.525	36.525
Possível	1.723.467	-	1.050.997	-
Remota ⁽²⁾	135.999	-	268.833	-
b) Provisão para Passivos Contingentes				
b.1) Causas Trabalhistas	449.384	249.461	390.822	221.610
Provável (Nota 16.i)	249.461	249.461	221.610	221.610
Possível	99.988	-	87.188	-
Remota	99.935	-	82.024	-
b.2) Causas Cíveis	4.670.770	142.592	3.735.322	138.045
Provável (Nota 16.i)	142.592	142.592	138.045	138.045
Possível	1.035.412	-	838.423	-
Remota ⁽³⁾	3.492.766	-	2.758.854	-
b.3) Outras Causas	9.589	720	2.956	608
Provável (Nota 16.i)	720	720	608	608
Possível	8.522	-	2.044	-
Remota	347	-	304	-

⁽¹⁾ Houve reversão de provisão considerando o julgamento favorável ao Banco, ocorrido no processo judicial que tem por objeto a discussão sobre IRPJ ano-base 1999.

⁽²⁾ O montante do passivo contingente relacionado às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 02 (dois) processos que apresentaram saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 107.343 na posição 31.12.2015. (R\$ 93.873, em 31.12.2014).

⁽³⁾ O montante do passivo contingente relacionado às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 05 (cinco) processos que apresentaram saldo de passivo contingente da ordem de R\$ 2.149.031 na posição 31.12.2015. (R\$ 1.720.428, em 31.12.2014).

- d)** O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela Superintendência Jurídica na forma do item "b", retromencionado.
- e)** Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea "c", subitens a.2.i tem, como objeto de discussão os tributos municipais.
- f)** A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Quatro ações na esfera fiscal que visam desconstituir auto de infração. A estimativa de perda financeira perfaz, na data-base de 31.12.2015, um total de R\$ 1.594.651. Na posição de 31.12.2014, a estimativa de perda financeira totalizava R\$ 941.885, referente a três ações existentes na época, tendo em vista o ajuizamento de uma quarta ação de mesma natureza e relevância durante o ano de 2015.

Cível

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de perda financeira perfaz, na data-base de 31.12.2015, R\$ 176.840. Na posição de 31.12.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 141.571.

Ação na esfera cível que visa indenização e lucro cessante. A estimativa de perda financeira perfaz, na data-base de 31.12.2015, R\$ 119.905. Na posição de 31.12.2014, não havia estimativa de perda financeira para este processo, uma vez que foi iniciado em 2015.

Notas Explicativas

Ação na esfera cível que visa pagamento de honorários. A estimativa de perda financeira perfaz, na data-base de 31.12.2015, R\$ 68.890. Na posição de 31.12.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 55.151.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito. A estimativa de perda financeira perfaz, na data-base de 31.12.2015, R\$ 49.333. Na posição de 31.12.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 39.734.

Ação na esfera cível que visa indenização. A estimativa de perda financeira perfaz, na data-base de 31.12.2015, R\$ 43.621. Na posição de 31.12.2014, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 30.539.

Ação na esfera cível, iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de perda financeira, de risco possível, perfaz, na data-base de 31.12.2015, R\$ 30.659. Na posição de 31.12.2014, R\$ 80.452.

- g) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Demandas Trabalhistas	449.031	420.988
Demandas Fiscais	114.858	211.574
Demandas Cíveis	77.777	47.955
Total	641.666	680.517

- h) Em "Outros Passivos Contingentes", na posição de 31.12.2015, registram-se os valores de: R\$ 24.440 (R\$ 5.827, em 31.12.2014), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna, R\$ 11.244 (R\$ 12.781, em 31.12.2014) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 2.116 (R\$ 2.596, em 31.12.2014) referente à provisão para fazer frente aos riscos de perdas decorrentes do Inventário de Operações de Crédito. Em 31.12.2015 não existe provisão para passivos contingentes de operações de crédito com recursos do FNE adicionais às registradas na data-base, por recomendação do Banco Central (R\$ 7.399 em 31.12.2014).

i) Movimentação das Provisões

i.1) Causas Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outras Causas e Obrigação Legal

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	90.201	84.925
Constituição	355	9.210
Reversão/Utilização/Baixa	(89.487)	(3.934)
Saldo Final (Nota 16.d)	1.069	90.201
ii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Legais)		
Saldo Inicial	284	281
Constituição	55	44
Reversão/Utilização/Baixa	(73)	(41)
Saldo Final (Nota 22.c)	266	284
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	36.525	32.867
Constituição	12.485	5.867
Reversão/Utilização/Baixa	(2.761)	(2.209)
Saldo Final (Nota 22.c)	46.249	36.525
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	221.610	198.291
Constituição	44.607	36.437
Reversão/Utilização/Baixa	(16.756)	(13.118)
Saldo Final (Nota 16.i)	249.461	221.610
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	138.045	105.499
Constituição	51.707	67.317
Reversão/Utilização/Baixa	(47.160)	(34.771)
Saldo Final (Nota 16.i)	142.592	138.045

Notas Explicativas

vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	608	663
Constituição	460	113
Reversão/Utilização/Baixa	(348)	(168)
Saldo Final (Nota 16.i)	720	608

Notas Explicativas

i.2) Demais Provisões

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
i) FNE		
Saldo Inicial	2.062.717	2.022.091
Constituição	1.820.699	1.034.231
Reversão/Utilização/Baixa	(1.091.049)	(993.605)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.792.367	2.062.717
ii) FDNE		
Saldo Inicial	1.065	515
Constituição	49	551
Reversão/Utilização/Baixa	(460)	(1)
Saldo Final (Nota 16.i)	654	1.065
iii) Proagro		
Saldo Inicial	2.600	2.152
Constituição	732	634
Reversão/Utilização/Baixa	(688)	(186)
Saldo Final (Nota 16.i)	2.644	2.600
iv) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	28.603	33.685
Constituição	26.393	12.397
Reversão/Utilização/Baixa	(17.196)	(17.479)
Saldo Final (Nota 16.i)	37.800	28.603

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Máxima	36.619,33	33.371,33
Mínima	1.427,35	1.273,33
Média	9.201,87	8.520,77

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	919.814,85	796.055,83	66.419,46	48.530,19	62.347,80	48.530,19
Menor remuneração individual ⁽³⁾	799.389,54	617.908,01	66.419,46	48.530,19	50.896,23	48.530,19
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	970.097,67	715.398,79	54.141,05	47.479,54	55.454,12	48.254,63
Número de membros ⁽⁵⁾	6,83	6,92	5,42	5,50	5,17	5,17

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 62ª reunião da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31.03.2015.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.12.2015, o número de funcionários do Banco totalizava 7.231(6.972 em 31.12.2014), registrando-se um acréscimo de 3,71% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no exercício, corresponde a R\$ 27.515 (R\$ 62.345 em 31.12.2014), composta pelo equivalente a 9,00% do lucro líquido do exercício (8,34% em 31.12.2014) e 37,50% (25,00% em 31.12.2014) dos dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício.

Em março de 2015, o Banco procedeu ao pagamento do valor de R\$ 25.319, a título de participação complementar dos empregados nos resultados de 2014, que somados à Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos empregados no período corrente, no valor de R\$ 27.515, correspondem às despesas registradas no exercício, no valor total de R\$ 52.834 (R\$ 90.672 em 31.12.2014).

NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações

Notas Explicativas

fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – Capef, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste – Camed e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

Os planos de previdência patrocinados pelo Banco oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. Em termos gerais, para os atuais participantes ativos, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda com prazo determinado na modalidade Contribuição Definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos. O Fundo de Solvência Atuarial é formado por valores recebidos mensalmente dos participantes, a partir da aplicação da taxa de solvência atuarial sobre o valor das contribuições de participantes ativos; saldo da conta de patrocinador relativo ao participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate e pelo valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em virtude de aposentadoria por invalidez, tendo retornado à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. O Fundo Mutualista para Benefícios de Risco é constituído a partir da aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições recebidas mensalmente dos participantes ativos.

Segundo os estatutos dos Planos BD e CV I, são responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios, sendo formado por representantes do Banco, por participantes ativos e representante dos participantes e beneficiários assistidos.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto e nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no

Notas Explicativas

cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2015, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.12.2015, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2014, 1:1).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

Em seu estatuto a CAMED define seus órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo da CAMED é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa, sendo formado por representantes do Banco e do Corpo Social. Os representantes do patrocinador são escolhidos pelo presidente do Banco.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente em seu Estatuto e nos regulamentos internos.

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2015, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios aos seus empregados, contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.3.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2015, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido relativa ao seguro de vida.

Notas Explicativas

a.4) Exposição ao risco

Os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo estão expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural	Risco de investimento	O valor presente dos passivos dos planos é calculado usando como taxa de desconto a NTN-B. Se a variação da taxa de retorno sobre os ativos dos planos não acompanhar a variação dessa taxa, poderá ocorrer um déficit.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de longevidade	O valor presente do passivo dos planos é calculado com a melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
CV I/ Natural	Risco de evolução salarial	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando a projeção dos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, alterações não previstas nos salários dos participantes poderão impactar o passivo do plano.
CV I/ Natural	Risco de despesas administrativas	Risco gerado pela possibilidade das despesas administrativas serem superiores às estimadas na avaliação, aumentando o passivo atuarial.
BD/ Natural	Risco de postergação de entrada em aposentadoria	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando uma possibilidade de postergação da entrada em aposentadoria. Caso essa postergação não se efetive o valor do passivo tende a aumentar.
CV I	Risco de entrada em invalidez ou ocorrência de morte e cobertura de capitais complementares	Risco de o participante entrar em invalidez ou no caso de morte, sem a constituição de reserva suficiente para arcar com os benefícios.

b) Análise da Obrigação Atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, na posição de 31.12.2015, os planos administrados pela Capef e Camed, encontram-se registrados nas demonstrações financeiras do Banco na seguinte situação:

b.1) Planos de Previdência Privada

- i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.287.130 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 3.051.653, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 235.477. A obrigação relativa aos participantes assistidos é de R\$ 2.731.542 e aos participantes ativos é de R\$ 555.588;
- ii. Plano CV I: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 9.502 é inferior ao valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 31.247, resultando em um superávit de R\$ 21.745, que não está sendo reconhecido, pois se destina à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

b.2) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 879.202 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 106.225, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 772.977. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 627.214 e aos participantes ativos é de R\$ 251.988.

b.3) Seguro de vida em grupo: o valor presente das obrigações atuariais descobertas é de R\$ 56.505, inexistindo ativos para esse plano. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$35.401 e aos participantes ativos é de R\$ 21.104.

Notas Explicativas**c) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação**

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Exercício	(3.289.131)	(2.913.366)	(4.398)	(7.675)
2. Custo dos Juros	(381.652)	(343.961)	(527)	(946)
3. Custo do Serviço Corrente	(12.790)	(11.411)	(178)	(368)
4. Benefícios Pagos pelo Plano	348.826	309.463	135	63
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(64.360)	(62.892)	-	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	11.542	-	-
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	111.977	(278.506)	(4.534)	4.528
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(157.726)	(214.972)	(6.199)	3.396
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	-	-	-	1.268
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	269.703	(63.534)	1.665	(136)
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(3.287.130)	(3.289.131)	(9.502)	(4.398)

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Exercício	(779.433)	(763.013)	(37.660)	(38.260) ⁽¹⁾
2. Custo dos Juros	(90.541)	(90.175)	(4.206)	(4.531)
3. Custo do Serviço Corrente	(12.806)	(13.325)	(833)	(746)
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	48.329	56.131	6.028	4.474
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(16.028)	(13.956)	-	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	11.273	10.256	-	-
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	(39.996)	(45.803)	(19.834)	1.403
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(163.542)	(19.835)	(26.546)	2.231
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	-	-	-	-
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	123.546	(25.968)	6.712	(828)
8. Redução no plano	-	80.452	-	-
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(879.202)	(779.433)	(56.505)	(37.660)

⁽¹⁾ Seguro de Vida: valor reconhecido em "Ajustes de Avaliação Patrimonial"⁽²⁾ Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.**d) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos**

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Exercício	3.158.800	2.835.022	11.991	9.019
2. Receita de Juros	370.016	338.545	1.546	1.200
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	65.249	64.164	990	586
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	514	1.188	1.018	540
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	64.360	62.892	-	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	(11.542)	-	-
7. Benefícios Pagos pelo Plano	(348.826)	(309.463)	(135)	(63)
8. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽²⁾	(258.460)	177.994	15.837	709
9. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	3.051.653	3.158.800	31.247	11.991

⁽¹⁾ Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;⁽²⁾ Exceto receita de juros.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Exercício	68.831	40.696	-	-
2. Receita de Juros	8.457	5.040	-	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	34.109	35.945	3.014	2.237
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	13.320	17.038	3.014	2.237
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	16.028	13.956	-	-

Notas Explicativas

6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(11.273)	(10.256)	-	-
7. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(48.329)	(56.131)	(6.028)	(4.474)
8. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	25.082	22.543	-	-
9. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	106.225	68.831	-	-

⁽¹⁾ Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;

⁽²⁾ Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

⁽³⁾ Exceto receita de juros.

e) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo

Especificação	Capef	
	Plano CV I	
	31.12.2015	31.12.2014
1. Efeito do Teto do Ativo, no Início do Exercício	(7.593)	(1.344)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(1.019)	(254)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	(13.133)	(5.995)
4. Efeito do Teto do Ativo, no Fim do Exercício	(21.745)	(7.593)

f) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(3.287.130)	(3.289.131)	(9.502)	(4.398)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	3.051.653	3.158.800	31.247	11.991
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(235.477)	(130.331)	21.745	7.593
4. Efeito do Teto do Ativo, no Final do Exercício	-	-	(21.745)	(7.593)
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial (Nota 16.i) ⁽¹⁾	(235.477)	(130.331)	-	-

⁽¹⁾ Considerando diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD:01.01 a 31.12.2014: R\$ 63.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(879.202)	(779.433)	(56.505)	(37.660)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	106.225	68.831	-	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(772.977)	(710.602)	(56.505)	(37.660)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial (Nota 16.i)	(772.977)	(710.602)	(56.505)	(37.660)

g) Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício

Especificação	Capef					
	Plano BD			Plano CV I		
	2º Sem/ 2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014	2º Sem/ 2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(6.188)	(12.276)	(10.223)	478	840	172
1.1. Custo do Serviço	(6.395)	(12.790)	(11.411)	(89)	(178)	(368)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	207	514	1.188	567	1.018	540
2. Juros Líquidos	(5.818)	(11.636)	(5.416)	-	-	-
2.1. Custo dos Juros	(190.826)	(381.652)	(343.961)	(263)	(527)	(946)
2.2. Receita de Juros	185.008	370.016	338.545	773	1.546	1.200
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	-	(510)	(1.019)	(254)
3. Total (item 1 + item 2) ⁽¹⁾	(12.006)	(23.912)	(15.639)	478⁽²⁾	840⁽²⁾	172⁽²⁾

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos ressarcidas ao Banco, Plano BD: 2º Sem/2015: R\$ 4; 01.01 a 31.12.2015: R\$ 5 e 01.01 a 31.12.2014: R\$ 1.

⁽²⁾ Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais"

Especificação	Camed			Seguro de Vida		
	Plano Natural					
	2º Sem/ 2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014	2º Sem/ 2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(2.423)	514	3.713	2.597	2.181	1.491
1.1. Custo do Serviço	(6.403)	(12.806)	(13.325)	(417)	(833)	(746)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	3.980	13.320	17.038	3.014	3.014	2.237

Notas Explicativas

2. Juros Líquidos	(41.042)	(82.084)	(85.135)	(2.103)	(4.206)	(4.531)
2.1. Custo dos Juros	(45.271)	(90.541)	(90.175)	(2.103)	(4.206)	(4.531)
2.2. Receita de Juros	4.229	8.457	5.040	-	-	-
3. Redução no Plano (registrada em Reversão de Provisões Operacionais)	-	-	80.452 ⁽²⁾	-	-	-
4. Total (item 1 + item 2)	(43.465)⁽¹⁾	(81.570)	(970)	494⁽²⁾	(2.025)⁽³⁾	(3.040)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos ressarcidas ao Banco, Plano Natural: 2º Sem/2015: R\$ 25 e 01.01 a 31.12.2015: R\$ 39 e Seguro de Vida: 2º Sem/2015: R\$ 5 e 01.01 a 31.12.2015: R\$ 7.

⁽²⁾ Esses valores foram registrados na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais"

⁽³⁾ Foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais" o valor de R\$ 499, referente ao valor do custo do serviço corrente e juros líquidos reconhecidos em despesas no 1º Sem/2015.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	2º Sem/ 2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
1. Contribuições (Parte CD) ⁽¹⁾	(24.643)	(43.015)	(36.416)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: 2º Sem/2015: R\$ 147; 01.01 a 31.12.2015 - R\$ 284; e 01.01 a 31.12.2014 - R\$ 388.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo. No exercício de 2014, o valor presente da obrigação englobava essas despesas.

Especificação	2º Sem/ 2015	01.01 a 31.12.2015
1. Despesas Administrativas	(3.251)	(6.061)

h) Valores do Período Reconhecidos no Patrimônio Líquido

As perdas por ajustes de experiência relativas ao plano BD, em 31.12.2015, são decorrentes dos aumentos dos benefícios dos assistidos em 10,45% e em relação ao plano Natural são decorrentes do aumento do número de usuários, bem como do custo médio.

No que diz respeito ao plano CVI, as perdas por ajustes de experiência, nesse mesmo período, são decorrentes do aumento do número de assistidos e de ajustes na metodologia de cálculo, bem como em relação ao seguro de vida em grupo são relativas ao aumento do prêmio de seguro, bem como da mudança de metodologia que passou a considerar a obrigação dos assistidos.

Os ganhos atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 31.12.2015, dizem respeito às alterações nas taxas de juros em relação à 31.12.2014, que passaram de 12,08%(31.12.2014) para 13,12% (31.12.2015), nos planos BD e Natural, de 12,09% (31.12.2014) para 13,12% (31.12.2015), no plano CV I e de 12,08% (31.12.2014) para 13,25%(31.12.2015).

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	(258.460)	177.994	15.837	709
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	111.977	(278.506)	(4.534)	4.528
2.1. Ajustes de Experiência	(157.726)	(214.972)	(6.199)	3.396
2.2. Alterações de Premissas Biométricas	-	-	-	1.268
2.3. Alterações de Premissas Financeiras	269.703	(63.534)	1.665	(136)
3. Efeito do teto do ativo	-	-	(13.133)	(5.995)
4. Total (item 1 + item 2 + item 3) ⁽¹⁾	(146.483)	(100.512)	(1.830)	(758)

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 31.12.2015; R\$ (54).

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. Passivo Líquido no início do Exercício	-	-	-	(38.260)
2. Retorno sobre os Ativos do Plano	25.082	22.543	-	-
3. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	(39.996)	(45.803)	(19.834)	1.403
3.1. Ajustes de Experiência	(163.542)	(19.835)	(26.546)	2.231
3.2. Alterações de Premissas Biométricas	-	-	-	-
3.3. Alterações de Premissas Financeiras	123.546	(25.968)	6.712	(828)
4. Total (item 1 + item 2 + item 3) ⁽¹⁾	(14.914)	(23.260)	(19.834)	(36.857)

Notas Explicativas

⁽¹⁾ Considerando diferença de contribuições estimadas: 01.01 a 31.12.2015; R\$ (42).

i) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Exercício

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Exercício	(130.331)	(78.344)	-	-
2. Contribuições do Empregador	65.249	64.164	990	586
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(23.912)	(15.639)	840	172
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(146.483)	(100.512)	(1.830)	(758)
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Exercício (Nota 16.i)	(235.477)	(130.331) ⁽¹⁾	-	-

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 31.12.2014; R\$ (63).

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Exercício	(710.602)	(722.317)	(37.660)	(38.260) ⁽¹⁾
2. Contribuições do Empregador	34.109	35.945	3.014	2.237
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(81.570)	(970)	(2.025)	(3.040)
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(14.914)	(23.260)	(19.834)	1.403
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Exercício (Nota 16.i)	(772.977)	(710.602)	(56.505)	(37.660)

⁽¹⁾ Seguro de Vida: valor reconhecido em "Ajustes de Avaliação Patrimonial"

j) Política de investimento e Alocação dos valores justos dos planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e tem como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,50% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,50% a.a..

Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando: a) taxa esperada de retorno; b) preservação de capital; c) diversificação; d) tolerância a risco; e) estabilidade; f) liquidez e g) regra de reajuste de benefícios. Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução nº 3.792, de 24.09.2009 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Renda Fixa	86,82	83,58	93,38	91,07	72,21	34,04
Renda Variável	0,42	4,38	-	3,56	27,38	65,26
Investimentos Imobiliários	9,52	9,13	-	-	0,41	0,70
Investimentos Estruturados	0,22	0,24	1,71	2,80	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Participantes	3,00	2,65	4,91	2,57	-	-
Outros	0,02	0,02	-	-	-	-
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	0,24	0,20	-	18,02	72,21	34,04
Em propriedades/outras ativos utilizados pelo Banco	1,23	1,22	-	1,66	0,41	0,70

k) Premissas utilizadas

Notas Explicativas

k.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef e da Camed, embasadas em estudos estatísticos elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquelas entidades. Nos cálculos atuariais, para os planos BD, Natural e Seguro de Vida, o tempo de adiamento da aposentadoria em relação a cada participante ativo foi estimado pelo percentil 50%, em relação ao tempo efetivo de adiamento da aposentadoria verificado para o conjunto dos atuais participantes ativos, que já se encontravam elegíveis para o benefício de aposentadoria programada na data da avaliação atuarial.

Especificação	Planos BD (Capef) e Plano Natural (Camed) e Seguro de Vida	
	31.12.2015	31.12.2014
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP2000 – Suavizada em 15%	RP2000 – Suavizada em 15%
Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas – (A10)	Álvaro Vindas – (A10)

Especificação	Plano CV I (Capef)	
	31.12.2015	31.12.2014
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)
Inválidos ⁽¹⁾	Experiência do IAPC-Fraca	Experiência do IAPC-Fraca
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas (suavizada 50%)	Álvaro Vindas (suavizada 50%)

⁽¹⁾ A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator de 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original.

k.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capef (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	13,12	12,08	13,12	12,09
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	7,22	6,24	7,22	6,25
Taxa média de inflação anual	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	6,56	6,56	5,50	5,50
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	5,50	5,50	5,50	5,50

⁽¹⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinge a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	13,12	12,08	13,25	12,08
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	7,22	6,24	7,35	6,24
Taxa média de inflação anual	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa nominal de crescimento salarial	6,56	6,56	6,56	6,56
Taxa nominal de aumentos médio dos benefícios	8,12 – 6,56 ⁽¹⁾	8,54 - 6,56 ⁽²⁾	5,50	5,50
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento (<i>Aging Factor</i>)	3,11	2,94	Não se aplica	Não se aplica
Taxas de crescimento dos custos de saúde (HCCTR)	8,12 – 6,56 ⁽¹⁾	8,54 - 6,56 ⁽²⁾	Não se aplica	Não se aplica

(1) Na posição de 31.12.2015, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 7 (sete) anos. A taxa encontrada foi de 2,49%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 5,50% a.a., e decresce gradualmente em 9 anos, a partir de 2016, permanecendo a partir do 10º (décimo ano) em 1% a.a.

(2) Na posição de 31.12.2014, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 6 (seis) anos. A taxa encontrada foi de 2,88%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 5,50% a.a., e decresce gradualmente em 10 anos, a partir de 2015, permanecendo a partir do 11º (décimo primeiro ano) em 1% a.a.

k.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

Notas Explicativas

k.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

k.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da “duration” dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 da Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012. A “duration” apurada para os planos Capef BD e Camed Natural é de 13,77 anos (31.12.2015) e 14,66 anos (31.12.2014), para o plano Capef CV I é de 24,23 anos (31.12.2015) e 25,42 anos (31.12.2014) e para o Seguro de Vida é de 12,64 anos (31.12.2015) e 14,66 anos (31.12.2014).

l) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

A análise de sensibilidade considera o incremento ou decréscimo de 1 (um) ano na idade do participante ou assistido, do aumento ou da redução de 0,25% na taxa de juros, para os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida, bem como da taxa de crescimento dos custos de saúde para o plano Natural. O cálculo foi efetuado com base no método da unidade de crédito projetada, estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 31.12.2015.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	31.12.2015	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(3.287.130)	(3.215.213)	(3.357.216)	(3.224.642)	(3.351.920)
Valor Justo dos Ativos	3.051.653	3.051.653	3.051.653	3.051.653	3.051.653
Superávit (Déficit) Técnico	(235.477)	(163.560)	(305.563)	(172.989)	(300.267)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,19)	2,13	(1,90)	1,97
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(30,54)	29,76	(26,54)	27,51

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	31.12.2015	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(9.502)	(10.004)	(9.058)	(9.367)	(9.642)
Valor Justo dos Ativos	31.247	31.247	31.247	31.247	31.247
Superávit (Déficit) Técnico ⁽¹⁾	21.745	21.243	22.189	21.880	21.605
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		5,28	(4,68)	(1,42)	1,47
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(2,31)	2,04	0,62	(0,64)

⁽¹⁾ Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		HCCTR		Taxa de Juros	
	31.12.2015	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(879.202)	(858.801)	(899.892)	(880.703)	(877.705)	(851.780)	(908.124)
Valor Justo dos Ativos	106.225	106.225	106.225	106.225	106.225	106.225	106.225
Superávit (Déficit) Técnico	(772.977)	(752.576)	(793.667)	(774.478)	(771.480)	(745.555)	(801.899)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,32)	2,35	0,17	(0,17)	(3,12)	3,29
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico(%)		(2,64)	2,68	0,19	(0,19)	(3,55)	3,74

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	31.12.2015	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(56.505)	(55.180)	(57.799)	(55.266)	(57.797)
Superávit (Déficit) Técnico	(56.505)	(55.180)	(57.799)	(55.266)	(57.797)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,35)	2,29	(2,19)	2,29
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico(%)		(2,35)	2,29	(2,19)	2,29

m) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

m.1) Contribuições Esperadas para o ano de 2016

Notas Explicativas

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Contribuições do Empregador	68.793	43.202 ⁽¹⁾	35.206	3.015
2. Despesas Administrativas	12.781	-	9.073	-
3. Contribuições de Empregados	434	1.215	12.844	-
4. Contribuições de Assistidos	68.359	-	23.158	-
5. Benefícios Esperados	327.626	142	62.912	6.030

⁽¹⁾ Inclusive as contribuições da modalidade contribuição definida

m.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾	Seguro de Vida ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
Até 1 ano	321.447	1.118	16.466	4.734
De 1 ano a 2 anos	320.644	1.027	15.961	4.810
De 2 anos a 3 anos	318.323	948	15.837	4.879
De 3 anos a 4 anos	316.147	876	15.772	4.904
Acima de 4 anos	5.625.444	22.205	794.304	122.091
Total	6.902.005	26.174	858.340	141.418

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

n) Estimativa de despesas para o ano de 2016

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(7.240)	688	(743)	2.251
2. Juros Líquidos	(26.348)	-	(99.431)	(7.088)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(33.588)	688	(100.174)	(4.837)

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 59.893.111 (R\$ 53.478.814 em 31.12.2014) está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 11.324.340 (R\$ 7.790.705 em 31.12.2014), registrado no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 1.122.200 (R\$ 840.648 em 31.12.2014).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
 - c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em "Passivos Contingentes" do Banco é a seguinte:

Notas Explicativas

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.12.2015	Provisão em 31.12.2014
AA	9.494.553	-	-
A	11.750.755	29.476	33.196
B	9.260.667	46.579	48.178
C	2.209.778	32.959	18.945
D	597.863	30.288	43.834
E	670.717	102.802	79.741
F	420.996	106.093	79.493
G	793.385	278.590	122.765
H	4.272.182	2.165.580	1.636.562
Total	39.470.896	2.792.367	2.062.717

d) para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 1.206.890 (R\$ 1.083.978 em 31.12.2014).

e) a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 1.278.956 (R\$ 1.215.757 em 31.12.2014).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	31.12.2015	31.12.2014
Proger-Urbano Investimento	017/2006	6.351	14.095
FAT - Infraestrutura	018/2006	197.409	221.269
Protrabalho Investimento	004/2007	180.845	165.508
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	001/2010	133.780	172.463
Total		518.385	573.335

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), registradas em "Depósitos Especiais com Remuneração", da ordem de R\$ 332.363 (R\$ 420.406 em 31.12.2014) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 37.932 (R\$ 34.763 em 31.12.2014).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Notas Explicativas

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2015		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	12.866	464	2.945	17.576	20.521
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	49.508	3.131	25.820	98.068	123.888
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	20.276	31	1.282	75.188	76.470
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	30.093	541	7.885	103.599	111.484
Total (Nota 13.b)			112.743	4.167	37.932	294.431	332.363

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2014		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	12.091	426	4.945	26.690	31.635
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	51.169	2.826	26.129	137.008	163.137
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	24.548	71	481	91.215	91.696
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	37.516	1.659	3.208	130.730	133.938
Total (Nota 13.b)			125.324	4.982	34.763	385.643	420.406

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

(2) Recursos remunerados pela Taxa Selic;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que gerencia, em nível corporativo, os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2016 a 2018, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 03.12.2015. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, em sua Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Notas Explicativas

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	31.12.2015	31.12.2014
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	34.774.297	34.164.552
Público	1.679.852	1.415.797
Privado	33.094.445	32.748.755
Comércio	4.142.642	4.063.039
Comércio Exterior	857.483	1.057.432
Habitação	170	242
Indústria	9.700.730	9.879.206
Infraestrutura	3.184.417	3.272.057
Microfinança Urbana	2.993.986	2.687.935
Pessoas Físicas	226.259	221.660
Rural	7.036.781	6.989.896
Outros Serviços	4.951.977	4.577.288
Operações de Mercado	26.957.135	25.396.450
Títulos Públicos Federais	23.756.920	21.499.784
Operações Compromissadas	15.656.753	11.682.975
Outras	8.100.167	9.816.809
Depósitos Interfinanceiros	-	76.500
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.981.588	2.201.192
Outras Operações	1.218.627	1.618.974
Demais Ativos	3.756.309	3.255.316
Total	65.487.741	62.816.318

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de apuração de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 5.067.776 (R\$ 5.025.460 em 31.12.2014). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 3.957.266 (R\$ 4.052.869 em 31.12.2014).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas

Notas Explicativas

bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		31.12.2015 (%)	31.12.2014 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	460,38	358,18
	Média dos últimos 12 meses	346,09	354,53
	Máximo dos últimos 12 meses	516,70	429,24
	Mínimo dos últimos 12 meses	249,52	273,40

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de Negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	10.904.393	10.887.318	(17.075)	10.870.796	(33.597)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(193.944)	(197.737)	(3.793)	(202.367)	(8.423)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	2.287	2.257	(30)	2.228	(59)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	688.667	648.595	(40.072)	612.495	(76.172)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(94.307)	(113.472)	(19.165)	(136.149)	(41.842)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	153.388	113.650	(39.738)	85.433	(67.955)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(2.036.200)	(2.059.811)	(23.611)	(2.076.199)	(39.997)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	5.263.203	5.078.235	(184.968)	4.921.753	(341.450)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.224.749	1.253.122	1.282.944
		Passivo em ME	(1.252.369)	(1.281.076)	(1.311.245)
		Exposição Líquida	(27.620)	(27.954)	(28.301)

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *hedge* cambial e respectivos títulos consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e das operações de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de perda, efetiva ou recuperável, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou resultantes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais, além de gerar valor por meio da capacitação dos profissionais, otimização dos processos e melhoria dos sistemas tecnológicos.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A

Notas Explicativas

gestão se materializa por meio dos processos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações em todos os processos, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizados metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos e processos de identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e controles em processos – RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), que permite conhecer os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de se obter uma visão ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 67.162 (R\$ 58.192 em 31.12.2014 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.12.2015	31.12.2014	Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Disponibilidades	58.426	38.002	Depósitos	-	10.032
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	635	-	Relações Interdependências	12.331	9.235
Operações de Crédito	1.033.285	807.610	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	101.491	76.219
Outros Créditos	1.040.756	1.094.875	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.284.406	2.449.764
			Outras Obrigações	1.004.859	1.068.149
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	2.133.102	1.940.487	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	3.403.087	3.613.399
Operações de Swap	1.202.823	1.614.720			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	3.335.925	3.555.207	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	3.403.087	3.613.399

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.12.2015, já considerando as normas em vigor para o Basileia III, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 13,61% (15,73% em 31.12.2014) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 7,25% (9,20% em 31.12.2014). O PR apurado foi de R\$ 5.270.254 (R\$ 5.861.912 em 31.12.2014), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 2.689.059 (R\$ 3.347.410 em 31.12.2014), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 37.111.437 (R\$ 36.392.687 em 31.12.2014).

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Patrimônio de Referência (PR)	5.270.254	5.861.912
. Nível I	2.689.059	3.347.410
. Capital Principal	2.689.059	3.347.410
. Nível II	2.581.195	2.514.502
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	37.111.437	36.392.687
. Parcela RWACPAD	30.704.853	30.373.147
. Parcela RWACAM	372.978	528.687
. Parcela RWAJUR	80.718	60.909
. Parcela RWACOM	14.146	2.855

Notas Explicativas

. Parcela RWAOPAD	5.938.742	5.427.089
Valor do RBAN	1.621.685	876.065
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 11%])	1.187.996	1.858.716
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN] * 11%)}	1.009.611	1.762.349
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	7,25%	9,20%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 5,5%)	7,25%	9,20%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 11%)	14,20%	16,11%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	13,61%	15,73%

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	5.270.254	5.861.912
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	2.689.059	3.347.410
Capital Principal	2.689.059	3.347.410
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	598.429	687.911
Reservas de Capital e de Reavaliação	16.621	19.394
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(615.864)	(183.496)
Ações em Tesouraria e Outros Instrumentos de Emissão Própria	-	-
Perdas ou Prejuízos Acumulados	-	-
Ajustes Prudenciais	(154.127)	(20.399)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(3.446)	(1.682)
Ajuste Prudencial – Ativos Diferidos	(37)	(159)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(135.777)	(18.558)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes da Res. CMN nº 4.277	(14.867)	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.581.195	2.514.502
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.633.957	2.567.202
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(52.762)	(52.700)

Os contratos de Dívida Subordinada firmados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192 do CMN, de 01.03.2013, de acordo com o §2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização.

O Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, registrado no Nível II do PR, por ter sido autorizado pelas regras existentes antes da Resolução nº 4.192 do CMN, está sujeito à aplicação dos limitadores definidos no artigo 28, da referida Resolução. Ainda com relação a esse instrumento, sua base contratual está sendo negociada com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para que passe a atender os requisitos necessários de elegibilidade a Capital Principal.

Como parte da implementação das regras do Basileia III, o Banco Central publicou, em 27 de fevereiro de 2015, a Circular nº 3.748, com vigência a partir da data-base de outubro de 2015, descrevendo a metodologia de apuração da Razão de Alavancagem (RA). O referido cálculo é o resultado da divisão do PR de Nível I, apurado de acordo com a Resolução nº 4.192 do CMN, pela Exposição Total conforme definido no inciso II do artigo 2º da citada Circular. Na posição de 31.12.2015, a Razão de Alavancagem do Banco ficou em 4,25%.

iii. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	5.270.254	5.861.912
Limite para Imobilização	2.635.127	2.930.956
Situação	231.006	219.558
Margem	2.404.121	2.711.398
Índice de imobilização	4,38%	3,75%

Notas Explicativas

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	478.527	404.556
Total	478.527	404.556

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 27)	332.363	420.406
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.709.146	1.631.087
Tesouro Nacional	426	659
BNDES	1.567.324	1.464.027
Finame	141.396	166.401
Outras Obrigações	14.626.241	10.760.454
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	11.332.783	7.798.625
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g e Nota 17)	1.501.176	1.356.540
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	1.792.282	1.605.289
Total	16.667.750	12.811.947

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Passivos		
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Nota 16.i)	235.477	130.268
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Nota 16.i)	772.977	710.602
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Nota 16.i)	56.505	37.660
Total	1.064.659	878.530

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Honorários	2.154	3.993	3.758
Diretoria	1.895	3.461	3.248
Conselho de Administração	135	269	261
Conselho Fiscal	124	263	249
Outros	1.322	1.960	1.354
Participação no Lucro	-	958	1.112
Total dos Benefícios de Curto Prazo	3.476	6.911	6.224
Benefícios Pós-Emprego	134	296	308
Total	3.610	7.207	6.532

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

Notas Explicativas

NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	2º Sem/2015	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2014
Lucro Líquido	147.595	305.723	747.350
Outros Resultados Abrangentes	(133.484)	(429.595)	(174.235)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(437.015)	(443.886)	(23.440)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	191.927	194.675	9.376
Realização da Reserva de Reavaliação	1.935	3.872	2.684
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(324)	(1.099)	(1.468)
Ganhos ou Perdas Atuariais	109.993	(183.157)	(161.387)
Resultado Abrangente	14.111	(123.872)	573.115

NOTA 31 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2015	31.12.2014
Créditos Abertos para Importação	8.980	39.138
Créditos de Exportação Confirmados	58.500	-
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	450	-
- FNE	19.962.828	18.822.934
- FDNE	111.941	106.548
Coobrigações em Cessões de Crédito	19.910	22.881

b) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Os valores de 31.12.2014 foram reapresentados considerando a aprovação ocorrida na AGO/E de 31.03.2015. Os valores originalmente propostos: DIVIDENDOS: R\$ 96.831(3,3%), sendo R\$ 49.383 para a União e R\$ 47.448 para Outros Lucros Retidos do Período: R\$ 497.968(17,1%).

c) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 17 de fevereiro de 2016.

Fortaleza, 17 de fevereiro de 2016.

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2016

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen

Contador 1SP184050/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis estão em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Fortaleza (CE), 17 de fevereiro de 2016.

CONSELHO FISCAL: Maria Teresa Pereira Lima (Presidente em exercício) – Herick Marques Caminha Júnior – José Mário Valle – Manuel dos Anjos Marques Teixeira – Raimundo Lourival de Lima

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2015.

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016

DIRETORIA: Marcos Costa Holanda (Presidente) – Romildo Carneiro Rolim (Diretor de Relações com Investidores) – Francisco das Chagas Soares (Diretor de Desenvolvimento Sustentável) – Isaias Matos Dantas (Diretor de Administração e Tecnologia da Informação) – Manoel Lucena dos Santos (Diretor de Controle e Risco) – Wanger Antonio de Alencar Rocha (Diretor de Negócios)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso V, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado em 17 de fevereiro de 2016, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2015.

Fortaleza, 17 de fevereiro de 2016

DIRETORIA: Marcos Costa Holanda (Presidente) – Romildo Carneiro Rolim (Diretor de Relações com Investidores) – Francisco das Chagas Soares (Diretor de Desenvolvimento Sustentável) – Isaias Matos Dantas (Diretor de Administração e Tecnologia da Informação) – Manoel Lucena dos Santos (Diretor de Controle e Risco) – Wanger Antonio de Alencar Rocha (Diretor de Negócios)